**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião realizada em 26 de abril de 2012, às nove horas e cinquenta e três minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES); Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Lídice da Mata (PSB/BA),** das Senhoras Deputadas: **Professora Dorinha Seabra Rezende; Keiko Ota (PSB/SP); Marina Santanna (PT/GO); Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC);; Luci Choinacki (PT/SC); Bruna Furlan (PSBD/SP);** e **Rosane Ferreira (PV/PR);** do Senhor Senador **Gim Argello (PTB/DF);** dos Senhores Deputados**; Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP); Ângela Portela (PT/RR); Vanessa Grazzition (PCdoB/AM) e Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Gorete Pereira (PR/CE),** **Teresa Surita (PMDB/RR); Rebecca Garcia (PP/AM), Célia Rocha (PTB/AL), Dalva Figueiredo (PT/AP), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL),** o Senhor Deputado **Dr. Rosinha (PT/PR)** Na oportunidade foi realizada a Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres com as seguintes convidadas: Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres; Iraê Lucena, gestora da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba; Joelda Pais, gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Acre; Eliza Piola, gestora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais e Aparecida Gonçalves, gestora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bom dia a todas, gestoras do Pacto contra a Violência aqui presentes, que saíram dos seus Estados, para uma importante contribuição, que já estão dando e que darão, representadas pelas interlocutoras, neste momento. Queríamos dizer que é uma satisfação e um momento ímpar a experiência desta CPMI poder escutar o mais articulado e o mais focado programa de enfrentamento à violência contra a mulher que existe em nosso País.

Sem dúvida alguma, a materialização da experiência se realiza através de vocês. Por isso, acertados todos nós, tomando assento, havendo número regimental, declaro aberta 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 04, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Esta audiência pública tem como objetivo central a avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que, como já repeti, é a principal e mais importante experiência de programa articulado em todo o território nacional.

Para fazer parte desta audiência, convidamos, com muita satisfação, porque ela é parte da história da luta dos movimentos de mulheres nessas últimas décadas, para fazer valer o pensamento emancipacionista, um avanço de formulação de políticas públicas, com a experiência pessoal de ter atravessado os mais duros momentos de resistência democrática neste País, é com muito orgulho histórico e muita gratidão que convidamos a Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, nossa companheira, Eleonora Menicucci. *(Palmas.)*

Partilhando da Mesa com a Ministra, estaremos também representando as 27 gestoras aqui presentes, já convido para a Mesa a Secretária de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, meu Estado natal, Iraê Lucena. *(Palmas.)*

Convidamos também a Secretária de Política para Mulheres do Acre, nosso grande pequeno Estado do Norte, Joelda Pais, e também, para partilhar da Mesa, nossa Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais, que receberá amanhã a CPMI, nossa amiga Eliana Piola. *(Palmas.)*

Gostaríamos de agradecer, desde já, a pronta disponibilidade da Procuradoria Regional da República, que nos cedeu o Procurador José Adonis de Araújo Sá, para contribuir e colaborar com a reflexão desta CPMI.

Muito obrigada, Procurador.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: a Ministra terá até meia hora para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos membros inscritos dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta da Ministra, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se à Ministra o mesmo tempo para tréplica. A palavra às Srªs e aos Srs. Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição regimental.

Antes de passar a palavra para a Ministra, vamos conceder a palavra à nossa Relatora. Já apresentando a justificativa, a Ministra está com problemas de garganta e talvez não queira, por uma prevenção de saúde, usar todos os minutos que tem disponível. Vamos levar em conta na dinâmica dos trabalhos a situação particular dela tanto do ar condicionado, como do tempo de que ela terá de dispor preventivamente, devido às suas condições de saúde.

Com a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Bom dia! Quero cumprimentar aqui todas as gestoras do Pacto presentes, representando todas as gestoras do nosso País, de todos os Estados brasileiros, a nossa Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Ministra Eleonora, as três gestoras do Pacto, que aqui estão à Mesa – Iraê Lucena, Joelda Pais e Eliana Piola -, que atenderam ao nosso convite para estar aqui hoje, também se manifestando. Quero cumprimentar a Deputada Jô Moraes, Presidente da nossa Comissão, e a Deputada Keiko Ota, nossa Vice-Presidente.

Srª Ministra, primeiramente, queremos agradecer a sua presença, atendendo ao nosso convite, para, na manhã de hoje, fazer uma avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esta avaliação é muito importante, para que possamos saber como está, em todos os Estados brasileiros, o cumprimento do Pacto, assinado por todos os Estados.

Então, essa avaliação, para nós, é essencial, a fim de que possa subsidiar o nosso Relatório, que apresentaremos, no final dos nossos trabalhos desta Comissão.

Quero aqui, Ministra, antes da sua fala, fazer uma contextualização e já me antecipar em algumas perguntas que considero importantes, levando em conta, inclusive, algumas audiências públicas que realizamos aqui no Congresso Nacional, uma audiência pública já realizada no Estado de Pernambuco – previstas outras para os próximos dias –, o diálogo que temos tido com as pessoas responsáveis pelo Pacto – as gestoras estaduais.

Então, há algumas questões em que nos estamos antecipando. Gostaríamos de levantá-las já no início, antes da sua fala, para que, se for possível, já na sua fala, essas questões possam ser esclarecidas. Sabemos da sua dificuldade de poder falar, devido ao problema de garganta, mas acho que é possível contar com a colaboração das demais profissionais da SPM, caso a senhora não possa ficar até o final, para responder a todas as questões.

Então, sabemos que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher é a principal política pública destinada a enfrentar esse grave problema.

Por isso, essa iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, através da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, deve não apenas ser mantida, como ampliada. Assim, é dever dos poderes públicos, incluindo o Congresso Nacional, fortalecer o Pacto.

O Pacto estabelece não apenas políticas ou destina recursos para a sua execução, mas, sobretudo, fortalece os mecanismos de mulheres, encarregados de coordenar as políticas pactuadas pelos Estados. Nesse sentido, as gestoras do Pacto são fundamentais para a coordenação e concretude deste. Sabemos que um dos seus grandes desafios é fazer chegar a cada mulher que necessita de ajuda, isto é, chegar aos municípios, principalmente, os mais distantes ou de difícil acesso.

Para executar política de grande alcance e impacto, como a que se propõe o Pacto, é necessário, de um lado, que a Secretaria disponha de recursos orçamentários adequados a essa grande tarefa e, de outro, que haja o monitoramento da aplicação dos recursos e de sua implementação.

Diante disso, Srª Ministra, gostaríamos que fossem esclarecidos os seguintes pontos. Aí vou levantar, pelo menos, neste momento, sete pontos:

1º) O Pacto é um acordo entre a União e os Estados, requerendo, portanto, contribuição em recursos financeiros e humanos. Os Estados têm contribuído financeiramente para a implementação do Pacto? Ou seja, além da participação do Governo Federal, qual tem sido a participação dos Estados?

2º) Um dos objetivos do Pacto, mais precisamente seu objetivo específico, é diminuir os índices de violência contra as mulheres. Que indicadores são usados para isso? Dito de outra forma: há indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto que permitam inferir que houve diminuição dos índices de violência contra as mulheres?

3º) Desde a criação do Pacto, observa-se um crescente aumento de recursos. No entanto, em 2009, o Pacto recebeu R$48 milhões e, em 2010, apenas R$17 milhões. Em 2011, foram R$27 milhões. Comparativamente a 2009, houve uma diminuição drástica de recurso nos últimos dois anos, o que nos leva a pensar que, com os recursos atuais, não será possível avançar muito. Como a senhora vê essa diminuição dos recursos?

4º) Esta pergunta é sobre a Central 180, que inclusive a SPM pela internacionalização dos serviços. Inclusive, estivemos pessoalmente visitando a Central, bem organizada, com uma equipe muito boa, fortalecida, mas há uma questão que nos preocupa. É isso que vou perguntar agora. O que nos preocupa é o fato de não ser acessível às mulheres com deficiências. Portanto, a minha pergunta é se há alguma iniciativa em curso, ou pensada, para que as mulheres com deficiência possam acessar os serviços.

5º) Ainda sobre acessibilidade, como o Pacto enfrenta o problema da violência contra as mulheres com deficiência? Essa é uma questão que, por diversos momentos, tivemos a oportunidade de ouvir de gestoras. Portanto, essa é a razão da nossa pergunta com relação a isso.

6º) Sabe-se que as Polícias Civis e Militares recebem a maioria dos encaminhamentos das violências, o número 190, da Polícia Militar, recebe muitas denúncias. Pergunto: Os policiais do 190 recebem capacitação específica para atender às mulheres?

7º) Sabemos que a rede de serviços é fundamental para atender às mulheres em situação de violência e para a implementação da Lei Maria da Penha. Sabemos também que hoje a rede é muito limitada e necessita ser ampliada e continuamente capacitada. Por outro lado, são poucos os serviços e poucas mulheres. Há indicadores do número de atendimentos prestados pelos centros de referências e casas abrigo? E sobre a qualidade dos atendimentos?

Srª Ministra, para facilitar, posso deixar as perguntas por escrito para que V. Exª possa responder. Acho que isso ajuda num primeiro momento.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Srª Ministra Eleonora Menicucci, que terá até 30 minutos para a sua exposição.

**A SRª ELEONORA MENICUCCI** – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento, com muito respeito e admiração, a Presidenta desta CPMI, a Deputada Jô Moraes, antiga companheira. Enquanto ela nascia na Paraíba, um pouco antes nasci em Minas Gerais. Depois, trocamos. Eu fui para a Paraíba, e ela permaneceu em Minas, e depois nos encontramos em vários rincões deste País.

Cumprimento a Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Keiko Ota, paulista, a quem também, pelo seu sofrimento e pela sua trajetória de vida, dedico o maior respeito e admiração.

Cumprimento a Srª Relatora, Senadora Ana Rita, recém conhecida, mas, no conhecimento recente, tive a sensação, que tem sido reafirmada pela sua prática, de uma mulher guerreira, corajosa, amiga, solidária e, sobretudo, feminista.

Em nome delas, cumprimento a todas as Parlamentares, Senadoras e Deputadas, Senadores e Deputados que, por ventura, estejam aqui, em meu nome próprio e em nome da Secretaria.

Cumprimento as gestoras do Pacto estaduais, a quem, em nome da Secretaria, dedico uma homenagem especial, porque, sem vocês, tenho certeza absoluta de que nenhuma ação de enfrentamento à violência contra as mulheres terá efetividade ou eficácia, e a colaboração tem sido bastante e muito produtiva.

Nesse sentido, em nome das duas gestoras da Mesa, cumprimento a todas e digo que é o maior orgulho trabalhar com vocês e ter em cada uma de vocês uma aliada na luta contra a violência às mulheres. E tendo vocês como aliadas, eu tenho certeza de que os governos estaduais não terão paz nessa questão porque se tem uma coisa que nós, mulheres, aprendemos ao longo das nossas vidas foi não dar sossego para a sociedade patriarcal. É exatamente por isso que nós, em comum acordo com o Senado, a Câmara, esta Casa, as mulheres parlamentares, construímos essa proposta da CPMI.

Ela é de responsabilidade bilateral e nós, do Governo, do Executivo, empenhamos tudo aquilo que podemos e que não podemos na pessoa da Presidenta Dilma e na minha pessoa, para que esta CPMI tenha de fato um lugar histórico na luta de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Cumprimento toda a equipe técnica da CPMI, dos gabinetes das três parlamentares, que tenho certeza de que sem elas...

**A SRª ELEONORA MENICUCCI** – ...e de todos os gabinetes da Mesa Diretora desta CPMI, porque tenho certeza de que sem essa equipe técnica competente e compromissada, nós não vamos a lugar nenhum.

Cumprimento a equipe da SPM e, em nome da Secretária Cida Gonçalves, toda a equipe não só da Secretaria de Enfrentamento à Violência, mas da CPMI, da SPM, que tem trabalhado cotidianamente para não faltar nada para essa Secretaria e nessa luta; cumprimento a Assessora Parlamentar Regina Dami e agradeço pelo trabalho que faz de articulação direta da SPM com esta Casa; cumprimento o Coordenador de Comunicação Nei Bonfim, da SPM, que representa aqui uma nova concepção de atuar na comunicação para fora, e toda a equipe da SPM.

Tenho muito orgulho, muita satisfação de estar nesta Mesa aqui neste momento, prestando contas de um Governo com o qual concordo e me dispus a enfrentar mais esse desafio para servir as mulheres brasileiras. E é por isso que estou aqui. Não estou aqui como apenas uma Ministra que tem uma história feminista, de que me orgulho muito, e dela não abro mão, mas com a responsabilidade que ser Governo me exige, para fazer avançar a luta e os direitos das mulheres.

Estou aqui em nome da Presidenta Dilma, que me ligou ontem e pediu que eu transmitisse de verdade a todas as parlamentares que dirigem esta Comissão, a todas as gestoras, a todas as Senadoras e Deputadas um grande abraço. Ela torce para que esta CPMI tenha um efeito positivo, propositivo no avanço da luta pelos direitos das mulheres de viver sem violência. Foi a frase dela.

E eu quero também dizer que neste dia de hoje, véspera do Dia Internacional das Trabalhadoras Domésticas, que é amanhã, eu rendo uma homenagem às nossas guerreiras, companheiras trabalhadoras domésticas, que, em sua maioria negras, estão em situação de maior vulnerabilidade nos empregos precarizados.

Convido todos e todas, embora sabendo que não poderão comparecer, porque têm dia aqui nesta Casa, a uma atividade que nós faremos, de debate, hoje, na SPM, com a colaboração, com a presença da Ministra Luiza Bairros, da Presidente da Fenatrad, a Cleuza, da Maria Betânia, do SOS Corpo. Falaremos sobre o avanço da posição do Governo na incorporação dos direitos no relatório da Deputada Benedita sobre as trabalhadoras domésticas, para que, mais cedo do que imaginávamos, o Brasil ratifique na OIT o trabalho decente.

Então, recebam todos os meus cumprimentos, pelo importante trabalho doméstico, pelo importante ramo das trabalhadoras domésticas neste País. Quero dizer que essas mulheres são vulneráveis à violência, vários tipos de violência.

Eu trouxe um *power* *point*. Gostaria de passar e depois responder as perguntas.

Na realidade, o meu problema de saúde não é garganta. É um edema na traquéia. Estou com cortisona e antibiótico desde ontem, porque quem está acostumada com o buraco de ozônio e com a poluição de São Paulo não acostuma com a secura de Brasília e com ar condicionado – lá nós não usamos ar condicionado. O meu edema é decorrente de uma alergia a ar condicionado. Mas eu já vou melhorar porque tenho que ir ao Panamá na semana que vem.

Antes de começar, quero dizer que esta CPMI foi altamente elogiada na Conferência Interamericana da Mulher, na OEA, em Washington. Quero que isso fique gravado como um dos maiores avanços de um legislativo, inclusive foi destacado pela Presidenta, então em exercício, da Comissão Interamericana da Mulher, a companheira Rocio, do México, que, em nenhum país, o parlamento fez uma CPI nesse formato. Esse elogio eu transmito às senhoras coordenadoras, Deputadas e Senadoras desta Comissão.

Avançamos muito no Estatuto da CIM. Em outubro, teremos assembléia e já garantimos no Estatuto que não teremos apenas uma esperta. Serão duas: uma esperta titular e outra esperta suplente.

No momento, uma equipe da SPM, é também uma satisfação que tenho dar, está em Nova Iorque, uma equipe governamental coordenada pela Tatau Godinho, na impossibilidade de eu viajar, na reunião da ONU de desenvolvimento e população com o tema de Juventude. Na semana que vem, irei para o Panamá, porque sou Presidente, como Ministra, da Mesa Diretiva da Cepal Gêneros para América Latina e Caribe. Então ficarei lá quatro dias. Para vocês verem, é bastante agitada, com ar condicionado na minha vida.

Eu tenho uma disponibilidade pequena por causa da minha saúde, mas não significa de tempo para estar aqui. O que não conseguir responder por conta da voz, eu requisitarei, solicitarei à Secretária Nacional para que o faça em meu lugar.

O pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres é para nós, da Secretaria, uma das grandes prioridades.

Ontem estivemos na abertura do Conselho Nacional de Justiça da VI Jornada da Lei Maria da Penha só com juízes. Assistimos a uma aula sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha pelo Ministro Ayres Brito, do STF e da CNJ. E foi dito não por mim, mas pelo Conselheiro Ney Freitas que se nós não mobilizarmos, conscientizarmos e mudarmos a cultura dos juízes no nosso País, dificilmente, no âmbito do Município e do Estado, as varas de violência doméstica e familiar terão efeito.

Então, senhoras e senhores, o juizado também está preocupado em saber como nós vamos implementar nessa capilaridade dos vários segmentos do Direito.

O acordo federativo entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais consiste numa estratégia de gestão que orienta a execução de políticas de enfrentamento à violência. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres partiu de uma visão integral deste fenômeno: reduzir os índices de violência contra as mulheres.

Eu não sei se as senhoras gostariam que eu lesse tudo, porque assim eu poupo a minha voz e respondo às perguntas.

O fundamental do pacto é a garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha – e terei todas as respostas que a relatora me fez: ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia de segurança à cidadã e acesso à Justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de mulheres; garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Aqui eu respondo a parte da questão 4, que é não ser acessível às mulheres com deficiência e à violência contra as mulheres com deficiência.

Quero informar às senhoras que a SPM criou uma Coordenação da Diversidade, que estará na Secretaria de Articulação Institucional e Áreas Temáticas, será coordenada por uma companheira que virá do movimento LBT e incluirá mulheres com deficiência e mulheres em envelhecimento, indígenas, quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e negras.

Assinamos um protocolo com a Secretaria de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário, no dia 8 de março, no qual firmamos, e já está no Jurídico da Presidência, uma cooperação técnica para o enfrentamento dos dois Ministérios: mulheres com deficiência, gênero, violência e direitos humanos, mulheres em envelhecimento, gênero e direitos humanos e prevenção da violência em meninas, adolescentes e mulheres nos grandes eventos. Para tanto, colocaremos recursos de três Ministérios, e do Esporte no último item.

Na questão das mulheres com deficiência, recebemos muitas críticas. Nós temos a Lei Maria da Penha traduzida em Braille. Temos segurança absoluta e convicção de que essas mulheres são absolutamente expostas, não sei se mais ou menos – eu não gosto dessa relação – do que todas as outras mulheres, à violência, por causa das situações que lhe dizem respeito. Muitas vezes são mudas, surdas e estão muito mais expostas e fragilizadas do que nós, que aparentemente não temos nenhuma deficiência.

Para responder a essas mulheres, eu informo, assumo e reitero aqui o compromisso, Srª Relatora, de que nós estamos investindo no 180, com pessoas formadas para atender a mulheres com deficiências auditivas e de fala, mudas. Então, isso já é um avanço e também uma prioridade, porque esse recurso sai direto da Presidência da República.

Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. Essa é a questão básica e fundamental do pacto. Estamos ali falando com ele, dialogando com ele.

Dos investimentos as senhoras já anotaram. Nós tivemos um investimento de R$23.965.154,00 até 2006, antes do pacto; e após 2007, de 2007 a 2011, esse investimento redobrou: R$132,541 milhões. O que houve em termos de investimento? Foram vetadas as emendas parlamentares para a violência, por ela estar contingenciada. Então, nesse sentido, os recursos de todas as emendas de Parlamentares que se voltavam para o combate à violência foram vetados.

Nós temos, agora, um edital novo, aberto, no qual a violência é o eixo básico. Ele se encerra dia 15 de maio, está bem definido para os organismos estatais e municipais e tem também para as ONGs.

Eu confesso que acho que o recurso é pouco, mas nós não podemos ficar esperando o ideal. Precisamos fazer e desenvolver a política com aquilo que temos. Não acho – e não compactuo com isso –, desde quando eu estava na sociedade civil, que a falta de recursos é impedimento para implementação de políticas públicas. É evidente que ajuda, contribui e amplia.

Nesse sentido, eu quero dizer do pacto com os estados. Na minha e na nossa compreensão, nós passamos recursos para os estados, mas os estados também têm que se comprometer financeiramente, não só com a aplicação, o investimento em recursos humanos, como todas as senhoras gestoras, mas também devem se responsabilizar por recursos financeiros. E é parte da nossa luta cotidiana fazer valer os nossos organismos de mulheres junto aos estados. Se ficar somente por conta da viúva – sabem o que eu estou dizendo –, do Governo Federal, nós não conseguiremos. O Governo Federal não é assim uma caixa de bondades e nem tampouco tem recursos tão fáceis, vocês sabem disso. Como passam os recursos, repassam e retiram.

Eu estou discutindo com a Cida de incluir no pacto recursos dos governos estaduais. Não é que não tenha, mas tem pouco. Então, faço aqui um apelo aos governadores e às governadoras para que invistam recursos no combate à violência, que não destruam os organismos que têm de combate à violência, e tampouco as DEAMs, e que reforcem as delegacias, porque é no Município e, depois, no Estado que a violência acontece. Não é aqui no nível central. Aqui também tem, mas não é lá; é lá que as mulheres... A rede tem que acontecer lá. Então, eu faço um apelo.

Eu me encontrei, na posse do Ministro Ayres Britto, com alguns Governadores, entre eles o Governador de Minas, Anastasia, e disse para ele: Ó, Governador, estou de olho. Eu quero ir lá conversar com o senhor.” Ele disse: “Não, você é mineira, vai lá.” Então, eu já tenho uma pré-agenda com ele, Jô, e vou comunicar a você, porque eu acho que é fundamental essa pressão junto aos Governadores. Os do meu partido sofrem um pouco mais, porque sou mais insistente.

A rede serviços – centros de referência de atendimento à mulher, casas-abrigo, delegacias, juizados, promotorias, defensorias, serviços de saúde –, o que acontece com essa rede? Nós temos metas. Nós conquistamos, em 2009, 672 serviços; em 2010, 780; em 2011, 1066. Quais são as metas nossas? Chegar a 10% dos Municípios com uma cobertura total, integral, e ampliar em 30% a quantidade de serviços da rede de atendimento. Por quê? Nós, quando falamos em rede, estamos falando em uma multiprofissionalidade, uma multirrede de serviços.

Venho da área de saúde, e de uma das maiores escolas de medicina deste País. Senhoras e senhores, enquanto nós estávamos lá, eu e várias colegas, tínhamos até, no currículo da residência médica e da residência de enfermagem e agora no de assistência social, em Santos, um módulo – na residência tínhamos estágios, e temos ainda – para ensinar os residentes a atender as mulheres que chegam aos prontos-socorros, mas é muito pouco. É muito pouco.

A medida provisória do Presidente Lula, de 14 de dezembro de 2007, fala da notificação compulsória, nos serviços de saúde, de qualquer violência que o médico, ou o enfermeiro, ou o atendente suspeite – ele tem que fazer isso –, para a vigilância epidemiológica. Isso não se faz, porque, se fosse feito, nós já teríamos uma epidemiologia da violência claríssima.

Os centros de referência de atendimento à mulher, nós temos que lembrar que a interdisciplinaridade dessa rede tem que atuar em cada um desses serviços. Então, nós estamos em parceria com o MDS, com a Ministra Tereza e Campelo, para fazer um treinamento, uma capacitação com a rede de assistência social no País para que tenha atendimento especializado não para a família, mas para a mulher em situação de violência doméstica, porque nós entendemos que a nossa atuação da SPM é interministerial também. Nós temos que ter.

As casas-abrigo. Nós temos que aumentar o número de casas-abrigos e transformar essas casas, readequar as casas-abrigo, as delegacias. A maior queixa das mulheres é com o número pequeno de delegacias. Mais ainda: em muitas cidades, em muitas regiões deste País, não existem delegacias especializadas. Existe um posto de atendimento na delegacia de segurança pública e – e eu já respondo àquela pergunta – eles não são capacitados e não são treinados nas delegacias comuns para atender as mulheres em situação de violência. Ao contrário, eles maltratam e humilham as mulheres e não credibilizam a denúncia delas. Eu falo isso como professora, como pesquisadora e, agora, como Ministra. Os policiais civis e militares não estão capacitados como nós gostaríamos que eles estivessem para atender as mulheres.

Dos juizados ou varas especializadas, ao relatar a minha ida ontem, já disse.

As promotorias especializadas ou núcleos. Eu acredito que as promotorias e as defensorias são onde, por incrível que possa parecer, tem um avanço um pouco maior. Não tínhamos nada e agora avançamos. As conquistas que tivemos são expressas, são claras.

E, quanto aos serviços de saúde especializados na violência doméstica e familiar, eu quero dizer que a SEPM está de braços dados com o Ministério da Saúde e que reforça a informação que o Secretário Helvécio deu aqui de que estamos juntos para fazer crescer os serviços, pois os serviços estão em situação lamentável. Não tem um atendimento adequado no serviço de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, incluindo quando elas engravidam por decorrência de estupro. Então, precisamos readequar esses serviços, reformulando-os. A informação que o Secretário passou aqui, eu a endosso, reforço. Quero dizer que estamos juntos nessa.

Evolução, conquistas e metas. Já passamos.

Pacto nos Estados. Pactuado nas 27 unidades federativas, foi repactuado no Espírito Santo, Paraíba, Distrito Federal e Amazonas. Já estivemos na Paraíba e no Distrito Federal. Agora, estamos agendando para Espírito Santo e Amazonas. Total de Municípios pólos: 418; 23 Estados possuem organismos estaduais de políticas para mulheres, exceto Paraná, São Paulo, Roraima e Rondônia – eu faço aqui um apelo às companheiras representantes desses Estados para forçarem os seus governadores a criarem esses organismos, porque esses organismos são fundamentais para que avance a política pública para o enfrentamento à violência. São 26 gestores estaduais, exceto Paraná.

Nesse pacto, assumo um compromisso com as senhoras e com a CPMI de que incluirei no pacto, por escrito, o compromisso de recursos financeiros dos Estados. Dialogarei com os governadores nesse sentido.

Dados do Ligue 180. O Ligue 180, sem dúvida nenhuma, é um sucesso, nacional e internacionalmente. Na alta corte do País, ele tem sido também muito bem avaliado. O Ligue 180 é um serviço nacional gratuito que todas vocês conhecem. Foi me perguntado se temos indicadores da violência. Os indicadores que temos sobre a violência são indicadores que têm a sua base de sustentação no Ligue 180. É precário, Srª Relatora? É, mas estamos investindo no aperfeiçoamento. Vamos colocar duas pessoas – eu assumo isto aqui, é a primeira vez que estou falando –, duas especialistas em dados, para trabalhar com dados, com planilhas de dados, e fazer essa... Porque essa é a única fonte governamental que nós temos. No entanto, nós também trabalharemos com uma fonte de dados que venha das ONGs, para que nossa estatística seja a estatística mais próxima do real, sabedora que sou, porque sou da área de saúde coletiva, da área de epidemiologia e de ciências humanas e saúde, que é dificílimo o dado bater com a realidade.

Então, tem muitos casos, como dizemos nós em Minas, tem muitos “causos” de sofrimento que nós não computamos, que não estão computados nos dados.

Esses indicadores da violência, eu sempre achei muito difícil trabalhar com eles. Quase digo que os indicadores maiores da violência são os indicadores que saem nos jornais e nas televisões, mas quero dizer para as senhoras e para os senhores que nós, do Governo, estamos cumprindo uma determinação da Presidenta Dilma de que a área de violência contra crianças, contra mulheres, adolescentes e idosas é uma questão que diz respeito à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Só nós temos recursos, mas, no entanto, é uma questão que diz respeito a todo o seu Governo.

Todas as políticas de saúde, de educação, do Brasil sem Miséria, do Brasil mais, de um Brasil melhor, da quebra da seca, de investimentos contra a seca no Nordeste, da questão dos grandes eventos, da questão do Código Florestal, da questão dos recursos e a relação com a Seppir, a SDH e com esportes, são relações que ela me exige cotidianamente. Para quê?

Por exemplo, na questão das creches: não existe autonomia para as mulheres, nem econômica, nem sobre o seu próprio corpo, se ela não tem creche de qualidade, com competência, para deixar suas crianças.

A partir de quatro anos é direito, mas nós, agora, temos de zero a três anos, e estão envolvidos Ministério da Educação, MDS, Planejamento, nós, o Ministério da Saúde e a SDH, porque, na medida em que a mulher... A creche diz respeito à criança, à qualidade de vida da criança de zero a três anos, mas também diz respeito às mulheres, porque as mulheres passam a ter um uso do tempo, do seu tempo que é voltado para a reprodução, do cuidado doméstico para a reprodução, voltado para ela desenvolver e até sair do ciclo da violência que lhe é imposta.

Então, o 180, Srª Relatora, é a base da nossa estatística e eu, ontem, disse no Conselho Nacional de Justiça que eu tenho convicção de que o movimento feminista, o movimento de mulheres é responsável pela visibilidade da violência contra as mulheres.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres reverbera essa responsabilidade e cumpre isso, mas, como epidemiologista, eu tenho dúvidas de dizer duas coisas: que a violência aumentou e que teve uma feminização da AIDS. Por quê? Porque a violência não saía no jornal, a minha dor não saía no jornal – Chico Buarque de Hollanda.

Agora, com tudo isso que eu disse e com a Lei Maria da Penha, que foi elaborada por um consórcio de ONGs feministas, em parceria com o Estado, visibilizou-se a violência contra as mulheres.

E o paradigma de que eu podia – eu, não –, de que o homem, sujeito do patriarcado em nosso País, podia bater em mulher, porque não ia para a cadeia e apenas distribuía uma cesta básica foi quebrado com a Lei Maria da Penha.

E eu que já ultrapassei os 60 anos digo, com muito orgulho, que se houve avanço em nosso País foi no combate à violência doméstica, e a Lei Maria da Penha é responsável por isso, porque agora eu, que ando de metrô, que sou usuária de metrô em São Paulo, ouço muito falarem: “Agora dizem que é crime bater em mulher, que se vai para a cadeia”.

Então, mudou o paradigma. No imaginário da população brasileira, ele mudou. Tenho certeza de que a violência contra a mulher está mais visibilizada. Ela pode ter aumentado, senhoras, não estou afirmando. Acredito que tenha aumentado, mas acredito que ela saia mais no jornal, seja mais denunciada.

E a gravidade aí – olhem o paradoxo – é a de que ela é denunciada na delegacia, a delegacia não dá crédito àquilo, porque não tem uma rede, e, dois dias depois, a mulher amanhece assassinada. Ela aparece assassinada. Esse é o paradoxo a que nós, do Executivo, temos de responder. Temos de colocar toda a nossa energia, para responder a essa questão. Mas, Srª Relatora, nós estamos, na SPM, voltadas para melhorar a parte dos dados do 180.

Depois, os senhores e as senhoras sabem do impacto da parceria com a Petrobras, com o SDH e com a SBT nos caminhoneiros. A caravana Siga Bem Mulher e a Siga Bem Criança chega aonde o Estado não chega e faz uma divulgação; como um dos instrumentos, como um dos mecanismos de defesa da violência contra a mulher e contra a exploração sexual de crianças, ela distribui material. Os caminhoneiros e as caminhoneiras são treinados, fazem dramatizações com as comunidades estradeiras; percorrem 70 mil quilômetros, caso eu não esteja enganada.

Eu e a Ministra Maria do Rosário, no final de maio, sairemos junto com a caravana, iremos no caminhão.

Então, são pequenas ações sobre as quais não temos idéia... Eu não tinha idéia disso, do impacto disso. E no 180... Onde você soube do 180? Na caravana Siga Bem.

A maioria das ligações é para buscar serviços, informação sobre serviços. Entre as ligações recebidas pelo Ligue 180, quase 600 geraram encaminhamento. A maior parte das mulheres foram encaminhadas à Deam, seguida pela Polícia Militar e Civil, e, por fim, às delegacias comuns.

A Polícia Federal foi a que menos recebeu encaminhamento, dada a sua competência restrita a crimes federais, como o tráfico internacional de mulheres.

Outra coisa que tem sido muito impactante e elogiada é o atendimento às mulheres em situação de violência em Portugal, Espanha e Itália. E nós pretendemos ampliar para outros países.

A nossa Ouvidoria, agora, está em parceria com a SDH, para trabalhar com aqueles casos internacionais complicados, como o do Sean Goldman, que é a questão que eles colocam como rapto de criança, quando, na maioria, as mulheres que trazem as suas crianças para o Brasil foram espancadas, agredidas pelos maridos e os filhos sofreram violência sexual dos seus pais. Então, temos feito uma parceria e sairá, agora, uma portaria sobre isso.

Os encaminhamentos, como já falei.

Os tipos de violência, que são a violência física, seguida pela psicológica, moral, sexual e patrimonial. No âmbito da violência física, as lesões são bem mais comuns que o homicídio e a tentativa de homicídio. Em outras palavras, o homicídio é apenas o extremo da violência, que existe, mesmo não culminando em morte.

Os relatos por violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e outros.

Essa violência patrimonial, quero destacar aqui que temos que ter um olhar muito especial sobre ela, e solicito à CPMI que o faça, com relação às mulheres idosas. Os filhos interditam as mulheres idosas e requerem na Justiça os bens delas, interditam judicialmente o acesso dessas mulheres. E tem aí um preconceito de ordem patriarcal muito grande, que é a mãe e a avó só servem para cuidar dos netos. Quando é separada ou viúva, grande parte dos motivos que levaram às interdições é porque elas resolveram namorar. Então, isso é muito grave porque é uma interdição subliminar sobre a sexualidade dela. Então, eu gostaria de solicitar à CPMI que pergunte isso nas audiências.

Não podemos deixar de olhar para essa população, porque, no Brasil, diminuiu a taxa de natalidade e a curva epidemiológica para o envelhecimento é muito grande. Então, a longevidade, para nós, mulheres, tem sido com qualidade, tanto física, sexual e econômica, quando não há esses interditos. Gostaria de solicitar que seja olhada com cuidado, no bom sentido do cuidado, essa violência patrimonial das mulheres idosas. É um direito humano delas exercer seu direito sexual e reprodutivo, aliás, reprodutivo não, porque não reproduzimos mais, mas o direito sexual, que é fundamental.

O risco que se percebe na violência sofrida é, na maior parte dos casos, a possibilidade da própria morte. Isso aqui é muito grave. Em seguida, percebe-se o risco de espancamento e de estupro.

Quero destacar aqui que o estupro não acontece só entre desconhecido. Existe o secular estupro conjugal, que é de relações matrimoniais monogâmicas: as mulheres não querem ter relação sexual e são obrigadas a ter. E, muitas vezes, a contaminação do HIV, da Aids se dá nesse momento, e isso é uma violência. Nós, na área da saúde, chamamos de estupro sexual conjugal, que é aquele que acontece dentro do quarto e a que ninguém tem acesso, e não é para ter acesso, mas para ter escutas, quando a mulher vai denunciar isso; não é para invadir o espaço privado dela, que é o lar ou que é o quarto, mas ouvir, quando ela chegar.

E o 180 tem uma função que é a de “empoderar” as mulheres ao dar atendimento na escuta, só a escuta já... Eu já disse que foi expandido. Temos mulheres no 180, servidoras que falam as línguas, sobretudo o espanhol e o italiano. Então, é um serviço que nos é caro também, porque a atendente é mais cara, custa mais, claro, mas isso não é motivo de nós diminuirmos, ao contrário, de ampliarmos.

Garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha; acesso à Justiça por meio da criação e fortalecimento de juizados, defensorias e promotorias; articulação com as coordenadorias da mulher criadas pela Lei Maria da Penha nos Tribunais de Justiça; trabalho conjunto com as promotoras legais populares e movimentos sociais. E eu não sei se as senhoras destacaram o depoimento de promotoras legais nesta CPMI. Eu sugiro que vocês contactem com a União de Mulheres de São Paulo, a Amélia Teles, a Amelinha, que tem um trabalho exemplar com promotoras legais e que depois capilarizou por vários Estados do País. Elas estão preparando audiências em São Paulo. Eu acredito as senhoras terão contato com essas promotoras legais lá em São Paulo. Caso não tenham – o que eu duvido – são boas, porque vão trazer denúncias lá dos rincões. Como diz o Presidente Lula, lá dos rincões do País, aonde nós não chegamos.

Das campanhas realizadas. Já realizamos 16 dias de Ativismo, Homens Unidos pelo Fim da Violência, tudo em parceria com as ONGs, Siga Bem Caminhoneiro, falta um a de caminhoneira, há flexão de gênero na lei que tive a honra de assinar com a Presidenta Dilma e o Ministro Mercadante para todos os diplomas de Universidade agora saírem com a flexão de gênero: a delgada, o delegado, a médica... Agora, ninguém mais precisa brigar com o jurídico das suas instituições porque a linguagem é sexista, @ e tudo mais. Não, tem-se que colocar, isso é uma coisa de cotidiano. Mulheres Donas da Própria Vida, Campanha do Ligue 180, Laço Branco, Quem Ama Abraça e Compromisso e Atitude, que está em andamento. Tenho segurança e convicção de que as campanhas são os instrumentos para mudar o imaginário da população brasileira em relação à violência.

Desafios. Ampliar a rede de serviços especializados, em especial delegacias e juizados. Mas ampliar não só em número, mas em qualidade. Faço questão, porque vou ser muito dura nisso. Como todas vocês já sabem, comuniquei gestoras e faço parte, juntamente com a Delegada Rose, da equipe que formulou a primeira delegacia do governo Franco Montoro. Era exemplar, sem dúvida nenhuma, e acredito que paralelamente houve outras, como em Alagoas, no Espírito Santo, enfim, no Rio Grande do Sul e em Minas. Mas dessa eu participei diretamente nos anos 80 e o meu sonho é que, quando eu sair da Secretaria, do Ministério, as delegacias todas estejam naquele formato, naqueles moldes: multiprofissionais, com atendimento especializado, com atendimento de qualidade.

Aumentar os recursos em 2011. Houve a demanda de 712 propostas de financiamento que totalizavam 194.945.661,48. Municipalizar os organismos de mulheres e capitalizar a rede de serviços especializados.

Desafio. Realmente, o maior desafio que vejo na frente da Secretaria hoje para enfrentamento da violência é alcançar as mulheres rurais e da floresta. São as mulheres mais desprovidas de acesso a qualquer instância governamental de atendimento à violência.

Talvez possamos pensar – estou discutindo com a Cida – em um serviço móvel estratégico em parceria com o Juizado, com os juízes, com a Defensoria, mas tem que acontecer.

E ficou muito claro isso na Conferência de Nova York da CSW cujo tema foi rural. Depois, reduzir a impunidade. Gente, nós temos que reduzir essa impunidade! E eu acredito que as luzes estão abertas, os caminhos estão postos. O exemplo da Paraíba, no absurdo inominável do estupro coletivo em Queimadas. O exemplo de São Paulo, com Lindemberg; o caso do Mizael Bispo, que ficou foragido um tempo e depois não aguentou por pressão. São pequenos exemplos, mas que têm que nos servir de coragem, de força, para acharmos que está valendo a pena a nossa luta.

Sensibilizar a sociedade e estatais. Tenho que comunicar a vocês que a Rede Globo me procurou e a nossa novela da Glória Perez será sobre tráfico de mulheres e tráfico de crianças. E ela nos pediu ajuda, à Secretaria. Então, o 180 aparecerá; eu já tenho um encontro lá. É importante porque as mulheres ouvem e vêem novela. E eu também gosto, de vez em quando, quando tenho tempo. Porque é assim que vamos construir mudanças comportamentais.

Somos nós, nos espaços políticos em que estamos, interferindo; somos nós utilizando todos os meios de comunicação em todos os seus sentidos amplos, mídia falada, escrita, televisionada. E eu solicito que todas vocês que souberem de qualquer caso, ao denunciarem, o façam em nome da SPM. Não precisam solicitar autorização. Eu estou aqui formalmente, quero que fique gravado, solicitando e autorizando e delegando a todas as gestoras, a todas as parlamentares que, ao receberem alguma denúncia, ou quando souberem de alguma denúncia de assassinato, de violência, de situação de vulnerabilidade, o façam em seus nomes próprios, em nome de seus governos e em nome da SPM, porque a força é muito maior. E comuniquem, não esperem retorno da fita, porque às vezes o fluxo é demorado. Façam e comuniquem que o fizeram.

# Agradeço. Tenho o maior respeito por esta CPMI, estou à disposição. Tenho recebido as colegas parlamentares na Secretaria e a Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem dado todo o apoio.

Quero, antes de terminar, saber da Srª Relatora, se na minha exposição eu respondi ou faltou alguma.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Srª Ministra, eu quero agradecer. Na minha opinião, acho que respondeu a todas as questões. Talvez pudéssemos aprofundar, mas acho que no debate podemos conversar um pouco mais.

Eu levanto duas questões aqui. Uma, acho que é uma questão que não sei se passa pelas demais Parlamentares, mas é da importância do 180, que é fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher. Sabemos do esforço e da organização; da capacidade que o 180 tem.

A minha pergunta, não sei se a senhora teria condição de responder. Sabemos também que quem está no 180, as profissionais que ali estão são capacitadas permanentemente, são acompanhadas. Nós estivemos lá. Mas a minha pergunta é no sentido de como é feita a avaliação do risco percebido da violência? Porque a mulher que liga...

Realmente, não é tarefa fácil. Estou falando isso porque imagino que não seja fácil para quem está do outro lado, no telefone, escutar aquela mulher que está fazendo um pedido de socorro, na maioria das vezes, e perceber qual o tipo de violência e qual é, de fato, a sua real situação naquele momento, para fazer o devido encaminhamento. Acho que essa é uma questão sobre a qual talvez se pudesse falar um pouco.

Eu queria dar uma sugestão também, Ministra. Aproveito a oportunidade, pela informação que a senhora falou de que a Rede Globo, na próxima novela, deverá tratar do tema do tráfico de pessoas, da violência contra a mulher.

Eu vejo que a Campanha Quem ama, abraça é muito bonita e precisa ser melhor aproveitada. Tenho certeza absoluta de que os meios de comunicação têm um poder enorme na formação da consciência das pessoas, tanto para o bem quanto para o mal. Nós sabemos disso. Então, acho que a Campanha Quem ama, abraça teria que ser divulgada por todos os meios de comunicação, nos horários nobres.

Hoje, essa campanha está na Internet, não é isso? Ela está na Internet. Nem todas as mulheres... eu diria que, possivelmente, a grande maioria das mulheres não acessa a Internet. E não somente as mulheres. É preciso que a sociedade como um todo seja sensibilizada. E essa campanha precisa ser melhor aproveitada, porque tem a presença de muitos artistas, que são conhecidos, queridos e amados por várias pessoas.

Então, a campanha tem um impacto muito positivo, mas precisaria ser veiculada em horário nobre. Talvez, quem sabe, as TVs possam – não sei se já houve essa articulação da SPM – ter um espaço, pelo menos uma vez por dia, em horário nobre, para ser veiculada. Essa campanha é muito bonita. Recentemente, numa atividade que eu fui, ela foi passada novamente, mas fica restrita a esses espaços fechados, muitas vezes. Não vai ao ar. A população como um todo possivelmente nem conheça essa campanha, ainda. Então, acho que seria muito bom se os meios de comunicação pudessem veiculá-la.

Aqui faço um pedido. Não sei se a TV Senado, de repente, poderia também aproveitar o espaço. Faço aqui esse apelo à TV Senado para que também veicule, nos seus programas, essa campanha. A TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, onde temos mais facilidade de inserir uma programação como essa, que não é longa, é rápida, mas de grande repercussão.

Fora isso, Srª Ministra, eu, particularmente, nesse momento me sinto contemplada. Mas vamos também aqui ouvir as gestoras e, possivelmente, depois, na conversa, no debate poderemos levantar outras questões.

Eu quero agradecer a senhora pela disposição, pela força de vontade, que embora com problema de saúde, está aqui hoje respondendo às nossas perguntas. Por enquanto, dou-me por satisfeita.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bem, eu queria também agradecer profundamente o enorme esforço que a Ministra realizou aqui. E como tínhamos acertado na funcionalidade, nós vamos privilegiar um pouco as perguntas à Ministra, que poderá utilizar, como é de praxe em outros momentos, sua assessoria, para poupar um pouco mais a garganta, para as respostas seguintes.

Eu vou passar a palavra à primeira inscrita e antes digo que é fatalidade devida. Acabo de receber um telefonema, e minha assessoria atendeu, de Carmópolis, cidade do interior de Minas, no qual um senhor, identificado com seu telefone, solicita que nesta sexta-feira recebamos a mãe de uma jovem de 22 anos, a Denise Cristina dos Santos Leão, assassinada e amarrada no coqueiro, vítima de abusos sexuais e de corte inclusive num pedaço da língua. Ele disse que até agora não localizaram o assassino e solicita que nesta sexta-feira, quando houver a audiência em Minas Gerais, se os familiares podem ir depor junto à assessoria. É parte da crueldade tão presentemente realizada.

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô, nossa Presidente. Quero cumprimentá-la, bem como a Senadora Ana Rita; a colega Deputada Keiko; a nossa Ministra Eleonora. Agradeço a sua presença e de todas as gestoras, colegas e colegas Parlamentares e à assessoria técnica, tanto da Secretaria quanto aqui da nossa Casa.

Digo, Ministra, que a Senadora Ana Rita já foi muito feliz nas suas perguntas, então sobraram poucas perguntas para nós. Eu gostaria de fazer uma proposta. Eu venho também do setor de saúde, sou enfermeira de formação e temos uma longa caminhada com a contrapartida dos estados e municípios para as políticas de saúde, assim como temos na educação.

Talvez uma proposta não nos mesmos moldes, nesse momento, como o da saúde e da educação, mas que a contrapartida dos estados fosse uma prerrogativa na celebração dos convênios. E digo isso porque já avançamos muito, muito. Nós conseguimos avançar, acredito. E eu também acredito que estamos com mais poder e coragem para fazer as denúncias.

Eu fui Secretária Municipal de Saúde do meu Município de Lages, em Santa Catarina, e percebemos, naquele momento, que quando íamos discutir esse tema, havia um certo sigilo, uma certa preocupação em externar a violência que cada uma das mulheres vivia, por vergonha até. Precisamos dizer isso, porque era algo que pertencia ao espaço doméstico e era também da formação das nossas mulheres. Então, acho que estamos avançando.

Eu acredito que as denúncias deverão aumentar a partir do momento em que falarmos mais sobre esse tema. As nossas audiências públicas nos estados vão mostrar isso, porque precisamos disso.

Aqui eu queria acrescentar, com a Senadora Ana Rita, que além dos veículos de comunicação, houvesse a nossa cota para material imprenso da Casa, para que possamos dedicar uma parte dessa cota para, usando o material institucional que já existe da secretaria, fazer com que chegue no interior dos nossos municípios, nos quais é muito difícil o acesso das redes de Internet. Que pudéssemos utilizar nossa cota.

Eu sugiro que garantíssemos que nos convênios tivesse uma prerrogativa de contrapartida maior, não apenas a de recursos humanos, porque o serviço nos nossos estados – e vamos ouvir as gestoras – ainda é bastante acanhado. Em alguns estados, não todos, ainda tem uma coisa de não entender exatamente o que é o papel das coordenadorias das mulheres. Choca-me quando a gente acaba ouvindo: mas para quê? Como se o entendimento daquela atribuição ainda não fosse coletivo. E ele não é.

Se pararmos para olhar friamente dentro das estruturas dos estados e dos nossos municípios, não há o entendimento da importância. Então, vamos ter que enquanto mulheres fazer essa tarefa, que é falar, falar, falar; pedir, pedir, pedir. Falar, falar, falar; pedir, pedir, pedir para todos os governos, independentemente do partido, para que efetivamente tenham entendimento sobre a importância das coordenarias das mulheres, das secretarias, enfim, qual seja a sua designação, mas que não seja mais uma estrutura para obedecer aqui, para celebrar um convênio; muito pelo contrário, que seja uma estrutura, para estar presente num conjunto de municípios de cada Estado que não tenha esse elo.

Outra sugestão é que conseguíssemos reproduzir nos Estados a lógica da saúde, da dupla responsabilidade, do gestor estadual com os gestores municipais, que não precisa ser um secretário, nem uma coordenadoria, mas que tenha, dentro das estruturas municipais, também uma pessoa que possa estar trocando informações com a coordenação estadual, para que efetivamente se possa ter outro desenho, multiplicando-se essa coragem que todos nós, mulheres, precisamos ter de não ter mais aquela nuvem, aquela coisa da dúvida, se devo ou não denunciar, se devo ou não ficar exposta.

Fico muito feliz, porque, nos últimos anos, tenho visto isso ser melhor discutido, termos mais coragem para conseguirmos ir até uma delegacia e registrarmos os boletins de ocorrência, mesmo com as dificuldades de acolhimento. Mas acredito e tenho muita esperança que, dentro da cultura de paz – eu e a Keiko viemos da saúde e víamos essa questão. Preocupa-me muito quando vemos a violência nos veículos de comunicação, e isso acaba também se reproduzindo. Por outro lado, vemos também excelentes exemplos, como o de agora. Não podemos nos esquecer que ainda temos crianças nos lixões, crianças sendo violentadas, e uma nova novela com esse tema, com certeza, vai chegar aonde o Ministério Público não chega.

Parabéns, Ministra. Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Deputada Keiko Ota, a nossa Vice-Presidente.

**A SRª KEIKO OTA** (PCdoB – MG) – Feliz dia a todos e a todas, quero aqui agradecer à nossa Presidente Jô Moraes pelo brilhantíssimo trabalho e a nossa grande Relatora Ana Rita.

Quero iniciar a minha fala, enaltecendo a presença da Exmª Ministra Secretária de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, e dizer que a sua vinda aqui, Ministra, credencia ainda mais os nossos trabalhos nesta Comissão, ao passo que a parabenizo pelo seu trabalho à frente desta Secretaria.

Sabemos que os desafios da nossa Secretaria são enormes, e a sua coragem de enfrentá-los é admirável. Agradeço também à presença de todas as gestoras estaduais e também, em especial, à Drª Delegada Rose, Secretária da Casa Civil e gestora também estadual do Pacto de Violência contra a Mulher, que está nos ajudando muito na organização da audiência pública lá no nosso Estado. Muito obrigada.

Quero também saudar também a Deputada Carmem Zanotto, as convidadas da Mesa, e dizer que vocês são parte fundamental na promoção de uma melhor qualidade de vida das mulheres. É nisso que depositamos nossa confiança. Repito aqui, mais uma vez, Ministra, que proteger nossas mulheres é proteger nossas famílias, nossas crianças, e garantir uma sociedade mais fraterna.

Quero aproveitar também para ressaltar aqui a presença da Associação dos Homens contra a Violência à Mulher, apresentada pelo Gilson Amorim, Sanderson Brito e Luciana Brito. *(Palmas.)*

Muito obrigada pela sua presença.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito bem, Ministra, a Senadora, nossa Relatora cercou bem. Há algumas questões que a senhora já deu indicativo. Uma delas é a dificuldade de monitorar a possibilidade de cercar a criminalidade de gênero, já que há uma indefinição, as delegacias dizem, em relação à possibilidade, para além da Funai, de eles terem qualquer iniciativa impeditiva.

Elas disseram que, no caso de roubo, eles são presos. Não há o problema da autonomia, mas, no caso da violência doméstica, há um vazio. Essa é uma questão que, acredito, a sua Comissão de Articulação da Diversidade vai tratar, como também as demais diferenças das mulheres ciganas e outras.

Deixo como registro – e aí tem a liberdade a senhora de usar a sua assessoria para preservar um pouco a voz – duas questões: primeiro, o Programa de Mulheres da Paz, do Ministério da Justiça está sendo reformulado. Ele terá um enfoque especial em relação à violência doméstica, já que há uma abrangência maior. Segundo, não consegui entender por que as nossas emendas parlamentares não puderam ser absorvidas para o Pacto da Não Violência.

Temos absoluta consciência, primeiro, de um inexplicável e inaceitável contingenciamento dos poucos recursos que a SPM tem no orçamento. Temos de brigar por essa questão. Não podemos admitir. O problema da CPMI, sobretudo do Pacto Nacional de Violência, está dentro daquela lógica de que os investimentos sociais não podem ser tocados, não podem ser contingenciados.

A Presidente Dilma indica isso com o Bolsa Família e outros programas. Os recursos do Pacto Nacional têm de estar dentro dessa concepção. Precisamos, inclusive, discutir os caminhos, para, primeiro, quando formos votar a LDO, retirar a DRU dos recursos da SPM, sobretudo dos recursos do Pacto. *(Palmas.)*

Segundo, não temos condições de ter essa história de que as nossas emendas, que são instrumento de reforço de política, não possam ser aplicadas.

São duas questões que deixo para reflexão se não for agora, que seja um indicativo. Se a senhora quiser também utilizar, para preservar a voz, uma das assessorias, a gente coloca, e, logo em seguida, passaremos para as demais gestoras, dada a particularidade do problema da garganta da Ministra.

**A SRª ELEONORA MENICUCCI** – Agradeço e passo para a Secretária Cida responder sobre a avaliação do risco da violência no 180, a campanha *Quem Ama, Abraça* – colocar em que pé ela está – e a questão das Mulheres da Paz, a nossa parceria com a EMJ e das emendas digitadas.

**A SRª APARECIDA GONÇALVES** – Bom dia. Sou Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Na verdade, começando pela questão da avaliação de risco no 180, temos no *script* do 180 das perguntas das mulheres três elementos fundamentais, porque o critério fundamental do atendimento do 180 é a credibilidade na fala da mulher. Então, quando elas ligam, fazendo um relato de violência, vai-se até o final, e as atendentes perguntam a elas: “A senhora corre algum risco? Risco de morte? A senhora já foi ameaçada?” Portanto, isso é colocado como risco, porque, na medida em que ela fala, nós acreditamos na fala da mulher e colocamos isso. Muitas vezes, elas mesmas dizem que são ameaçadas de estupro, de violência, e nós colocamos como uma questão de risco.

Mas há um elemento que é fundamental na questão da análise do risco: muitas mulheres ligam no 180, quando estão presas no banheiro, ou no quarto, e o agressor, tentando arrombar, ou para bater, ou para matar. Esses são os riscos que as nossas atendentes atendem. Elas vêem, efetivamente, a hora em que precisamos tomar uma atitude, ligar para a polícia. Então, são quatro as formas de a gente identificar o risco que a mulher está correndo. É nessa perspectiva que nós colocamos esse elemento no 180, como uma análise, inclusive para chamar a atenção de outros setores, seja a Segurança Pública, seja o Judiciário, a assistência social, efetivamente, essa análise de risco seja colocada e avaliada pelo serviço público. Então, essa é a primeira questão.

Com relação ao Mulheres da Paz, esse programa está sendo reeditado. Nós estamos em um debate... primeiro, que o projeto de lei aprovado no Congresso coloca, vincula o Mulheres da Paz à questão do Protejo, que é a questão do adolescente com droga.

Mesmo que nós, desde o ano passado, tenhamos feito um debate de que é necessário que o Mulheres da Paz se desvincule do Protejo, legalmente ainda temos dificuldade, porque precisaríamos alterar o projeto de lei do Congresso para que o Mulheres da Paz, efetivamente, cumpra a sua função, que nós entendemos ser muito mais de exercício na busca da cidadania das mulheres, de ajuda para que as lideranças nas comunidades sejam referência do que serem a protetora dos adolescentes, porque isso será conseqüência do papel de liderança que elas terão junto às famílias, junto às comunidades.

Então, essa discussão nós estamos fazendo juntamente com o Ministério da Justiça. Mas nos deparamos, apesar de termos mudado todo o cronograma da capacitação, nós temos colocado outros elementos que não os de anteriormente. Legalmente, nós não podemos alterar o que é objeto do Mulheres da Paz, porque é um projeto de lei aprovado nesta Casa. Então, essa é uma primeira questão que acho... A minha avaliação é que a CPMI e esta Casa podem nos ajudar nesse processo.

Com relação à questão dos recursos.

Nos recursos nós temos duas questões: nós encaminhamos, sempre, os pedidos para a Presidência da República, já que nós somos da Presidência, e para o Ministério do Planejamento.

O nosso orçamento tem sido na base de 27 a 30 milhões. Geralmente, o acréscimo do recurso para SPM, para o enfrentamento da violência contra a mulher, advém das emendas parlamentares. E aqui nós sempre temos uma emenda parlamentar na Comissão de Direitos Humanos, que é de dez milhões a serem acrescentados à questão da violência, todo o ano, e isso nos leva a 37 milhões.

O que aconteceu com essa queda de 2009 para 2010? Que foi exatamente o ano em que o Parlamento conseguiu dizer que os recursos contra a violência não poderiam ser contingenciados, porque todo o ano ele o é; é importante dizer isso. Portanto, como nós estávamos dentro do governo com um planejamento de diminuição de gastos e recursos, o que foi feito pelo Ministério do Planejamento vetou todas as medidas parlamentares com relação a questão do recurso da violência. Então, nós tivemos uma queda de dez milhões neste ano. Foi isso que aconteceu.

Quando for discutir a questão de não ter o contingenciamento, é importante discutir também como é que não veta as emendas parlamentares para este programa, seja dos parlamentares individualmente, mas, principalmente, aquelas de comissão, porque elas ainda são maiores, que são o que, efetivamente, aumentam os recursos da secretaria e no caso do enfrentamento da violência contra a mulher.

Acho que é isso.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª APARECIDA GONÇALVES** – Ah, a questão do Quem Ama Abraça. O Quem Ama Abraça nós apoiamos no ano passado e este ano nós já conversamos. A Shuma, da Redeh, já conversou com a Ministra. Nós já estamos em tratativas, porque, neste ano, a proposta da campanha Quem Ama Abraça, Senadora, é de incluí-la, junto com o MEC, nas escolas, porque ela é uma campanha leve. Então, no ensino fundamental e nas universidades, é fazer com que, efetivamente, nós tenhamos condições de fazer o debate, de discutir. Através da arte, nas escolas, nós começarmos a prevenir a violência contra a mulher. Então, estamos em tratativa com o Ministério da Educação e junto com a REDS para que, efetivamente, a gente consiga chegar a todos os lugares; e a escola é um lugar que todos os Municípios, todos os Estados têm. Então, você tem condições de chegar a todos os rincões.

E também, junto com a questão do Compromisso e Atitude, que é uma campanha que este ano nós temos como prioridade. É uma campanha, mas é muito mais uma organização para que, efetivamente, nós possamos pactuar com o Judiciário brasileiro, seja o Tribunal de Justiça, seja o Ministério Público, e a Defensoria, para que nós possamos julgar alguns assassinos, estupradores de mulheres, para dizer o seguinte: não basta prender, não basta somente ter o inquérito, não basta somente a mulher morrer. Os agressores têm que ser punidos. Dentro dessa campanha a gente vai trabalhar, também, elementos e a própria campanha abrace.

Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Antes de passar às palavras da Ministra, e em seguida às gestoras, quero registrar a presença do Deputado Neilton Mulim, do Rio de Janeiro; esteve presente a nossa Deputada Dalva Figueiredo, que teve que se ausentar; a nossa Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina; e o nosso sempre ídolo, Deputado Romário, que aqui estava ainda há pouco e teve que se ausentar para comparecer em outra Comissão.

Eu queria passar as palavras finais à Ministra, para que se sinta mais livre, e logo em seguida passar a palavra às gestoras, que disporão cada uma...

**A SRª ELEONORA MENICUCCI** – Eu ficarei para ouvir as gestoras.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Ministra escutará as gestoras, que disporão de até dez minutos.

Nós temos sempre sugerido às pessoas depoentes que peguem as questões centrais e entreguem o relatório completo, por conta da dificuldade de escutar, em tempo suficiente, todo o relato.

Então, nós passamos a palavra a nossa secretária do Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, Iraê Lucena, que disporá de dez minutos.

**A SRª IRAÊ LUCENA** – Meu bom dia a todas e todos, cumprimentar a Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, agradecer o convite, juntamente com a Senadora Ana Rita, Relatora; cumprimentar a nossa Ministra Eleonora, que com tão pouco tempo já assumiu a Secretaria de Política para as Mulheres – mas parece que já tem mais de um ano, Ministra, que nós estamos juntas, com tantos compromissos por parte de V. Exª; cumprimentar também a Deputada Federal Keiko pelo seu trabalho, sua luta; e cumprimentar a gestora de Minas Gerais, Eliana Piola, e aqui, por meio dela e da nossa outra companheira do Estado do Acre, cumprimentar a todas as nossas gestores nesta importante missão que estamos aqui à frente da CPMI.

Eu venho dizer a todas, Presidente e Relatora, que a CPMI, que tem como um dos trabalhos combater a impunidade, principalmente os casos omissos, da violência contra a mulher no País e, também, a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Eu tenho certeza de que a CPMI só vem a somar com as gestoras, com a Secretaria de Política Para as Mulheres nesse trabalho tão importante e que, ao final, com certeza, teremos recomendações às autoridades competentes do nosso País, como também alguns compromissos que nós iremos firmar ao findar a CPMI hoje instituída aqui no Congresso Nacional.

Bom, dizer, também, que trouxe comigo a resposta aos requerimentos solicitados por esta CPMI; fiz a entrega, hoje, cedo, ao entrar aqui, ao secretário da Comissão. E também dizer que o Estado da Paraíba também aguarda a visita de vocês, que será de fundamental importância nessa parceria que irão fazer conosco.

Eu vou falar bem rapidamente, devido ao tempo. Eu quero entrar um pouquinho na questão da história da cidade de Queimadas.

A Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, antes de entrar no pacto, não está aí, ela foi criada pelo Governador Ricardo Coutinho, no dia 1º de janeiro, assim que tomou posse, e o governo do Estado vem empreendendo esforços no sentido de combater a violência contra as mulheres em todo nosso Estado. Então, ela foi criada em janeiro. Nós temos um orçamento próprio, no valor de um milhão e meio. Na área de violência contra a mulher, nós temos um recurso na faixa de 755 mil. Dentro dessa secretaria nós temos gerências executivas, a Gerência Executiva de Gênero, que se desdobra na Gerência Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a Gerência de Combate à Pobreza, e a Gerência de Ações Afirmativas; e temos a Gerência Executiva LGBT, de Etnia Racial.

Logo em seguida, assim que o governador criou essa Secretaria, nós fizemos a repactuação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, e a Ministra já disse o que é o pacto.

Hoje, na Paraíba, nós temos 75 Municípios que repactuaram juntamente com o Estado. Logo após formamos a câmara técnica, que é uma das exigências da pactuação, e que é composta representações, secretarias e de órgãos do Estado. A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de João Pessoa; dois representantes de movimento organizado de mulheres. Apesar de a Câmara Técnica anteriormente se reunir de três em três meses, hoje nós estamos fazendo reuniões mensais.

Eu gostaria também de dizer que os 42 Municípios assinaram e repactuaram em 2011. Além desse pacto, o Governador Ricardo Coutinho criou – isso é de fundamental importância –, para ter o comprometimento dos gestores, dos prefeitos e prefeitas, o pacto de desenvolvimento social com os Municípios nas áreas de educação e saúde. Isso não está aí porque ontem eu complementei. E a contrapartida dos Municípios foi justamente que os Municípios combatam a violência contra a mulher. Então, uma das contrapartidas seria criar o organismo de mulheres; ele só poderia assinar esse pacto de desenvolvimento social na área de educação e saúde se criasse o organismo. Com isso, logo após o pacto, nós conseguimos um fórum estadual de organismos governamentais. Nós temos hoje oito secretarias de política para as mulheres, cinco coordenadorias e duas gerências. Ao todo, nós temos 15 organismos e a cada dia percebemos o crescimento desses organismos no interior do Estado, principalmente devido a nossa 3ª Conferência Estadual de Política Para as Mulheres.

Bom, aí nós temos a situação, hoje, da nossa rede. Nós ainda encontramos algumas fragilidades no trabalho interssetorial e rede, mas nisso já estamos avançando e conseguindo melhorar essa interssetorialidade.

Nós temos um convênio entre o Estado da Paraíba e o Município de João Pessoa, que ampliou o raio de atendimento do Centro de Referência Ednalva Bezerra aos Municípios de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e o Município de Conde. A implantação ainda está em andamento, mas já foi implantada no ano passado, em outubro de 2011, a Casa Abrigo Aryane Taís, que foi entregue as durante a 3ª Conferência de Política Para as Mulheres. A transferência também do Centro de Referência Estadual de João Pessoa, centro que tinha um convênio SPM, da capital para Campina Grande. Esperamos fazer esta inauguração ainda no primeiro semestre. Temos com a SPM vários projetos; na área de violência nós temos esse projeto fortalecendo a ação em rede no enfrentamento à violência contra a mulher, que vamos começar a colocar em prática agora no ano de 2011, e esse projeto irá atingir toda a rede de atendimento,com representação nos 223 Municípios do Estado da Paraíba.

A capacitação também é outro projeto que estamos fazendo, Srª Presidente e Srª Relatora, a capacitação continuada com os profissionais de saúde do Programa de Atenção Integral às Mulheres Vítimas de Violência Sexual da Maternidade Frei Damião. E um grande avanço para nós foi que a Paraíba tirou a Lei Maria da Penha do papel com a criação das Varas de Violência do Juizado da Mulher, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. Queremos mais juizados, não é Srª Ministra?!

Nós temos aí o serviço das nossas redes, dentro do Programa de Atenção Integral às Mulheres Vítimas de Violência; nós temos o Instituto Cândida Vargas, na cidade de João Pessoa; a Maternidade Frei Damião, uma maternidade estadual; o Instituto de Saúde Elpídio de Almeida, em Campina Grande; e o Hospital e Maternidade Peregrino Filho, na cidade de Patos. Nós temos também, como serviço da rede, a gerência executiva de Medicina e Odontologia Legal, a Gemol; as unidades de saúde da família e os hospitais regionais.

Temos também os centros de referência de atendimento à mulher na cidade de Cajazeiras, na cidade de Santa Luzia; e na cidade de João Pessoa, o Ednalva Bezerra. Temos também a Rede Estadual de Atendimento às Mulheres, Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência; os 42 Municípios que possuem o CREAS, Centro de Referência Especializado na Assistência Social, sendo 20 unidades regionais e 22 municipais. Nós temos 236 CRAS presentes nos 215 Municípios do Estado da Paraíba. Para vocês terem uma idéia, nós temos 223 Municípios no nosso Estado. Nós temos nove Delegacias da Mulher; Temos o CIOP, que é o Centro Integrado de Operações Policiais; as delegacias distritais; o Núcleo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência da Defensoria Pública; no Ministério Público nós temos a Promotoria da Mulher; hoje, no Tribunal de Justiça também a Promotoria da Mulher; o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; os Conselhos Municipais em vários Municípios, como vocês podem ver; e agora os convênios que nós assinamos. Inclusive, agora, recentemente, no dia 12 de março, tivemos a honra de receber a Ministra Eleonora Menicucci numa solenidade no palácio, onde, juntamente com o governador, nós assinamos, através da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, esse termo de cooperação entre a União e o Estado da Paraíba, para a execução das ações voltadas para a consolidação da política de enfrentamento da violência contra as mulheres a partir desses convênios. Esses convênios vão garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, ampliação e fortalecimento da nossa rede de serviços; garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, e também a garantia da autonomia econômica das mulheres em situação de violência e de seus direitos.

Bom, aí nós temos vários convênios. Para acelerar mais, eu vou dizer que no total nós temos, também, um repasse do Governo Federal, só da SPM com o governo do Estado, num valor de um milhão e trezentos mil. A contrapartida supera a mais de duzentos mil, a contrapartida do Estado da Paraíba. Somando-se a esse – que acho que não aparece no *slide* –, temos também um convênio importante, que a SPM também é parceira, com a MDA, que é a cidadania e a organização das mulheres rurais fortalecendo a autonomia das produtoras locais. Tivemos a honra de estarmos juntas, inclusive com o governador, assinando aqui no MDA. O valor do MDA para o Estado da Paraíba é de mais de um milhão e setecentos mil; e a contrapartida do nosso está na faixa de 157; somando tudo, SPM, recurso, SPM e MDA, para enfrentamento da violência, temos mais de três milhões no Estado da Paraíba para serem aplicados, Srª Relatora Ana Rita, no enfrentamento da violência nas políticas públicas.

Estamos aí com um projeto sobre a implantação do sistema de registro de dados de violência contra as mulheres no Estado, porque nós sabemos que não só na Paraíba, mas em vários Estados das colegas, os dados mostram esse problema em todo País. Estamos aí querendo implantar esse sistema de registros.

Por último também, falar sobre o Empreender Mulher, que vou deixar com cada uma das Deputadas, que foi assinado com o Governador Ricardo Coutinho. Trata-se de uma linha de crédito exclusiva para as mulheres visando dar oportunidade àquelas organizadas em grupos, associações, cooperativas ou individualmente, e priorizar, entre essas, as mulheres em situação de violência, atendidas pela nossa rede, e de vulnerabilidade social. Isso no intuito de promover autonomia econômica e financeira dessas mulheres.

Encerro com alguns dados, mas não chegaram a ser levantados os de 2012; alguns dados comparativos da mulher 2010 e 2011.

Falo agora – não estou mais com os *slides* – por ter sido citada. Inclusive a Ministra, naquele dia, teve oportunidade de estar no nosso Estado, juntamente com nossa Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher, Aparecida Gonçalves. Todos sabem, isso foi noticiário nacional, que, na madrugada do dia 11 de fevereiro do ano em curso, na cidade de Queimadas – posso dizer para vocês que a cidade de Queimadas fica no agreste paraibano, uma cidade pacata, sempre muito tranquila, com uma população de 41.054 habitantes – houve a prática desses crimes hediondos, com violência, graves ameaças, que foram tipificados como formação de quadrilha, cárcere privado, estupros e homicídios cometidos contra seis mulheres, dentre as quais duas foram brutalmente assassinadas. Eu afirmo aqui que desde o momento da elucidação do crime, no dia seguinte, já no dia 12, em nenhum momento houve omissão do nosso Poder Público. Pelo contrário. A Secretaria de Segurança Pública do Estado, numa operação de policiais civis e militares, com o apoio do grupo de atuação especial de combate às organizações criminosas, foi responsável, no dia do velório, acontecendo o velório, logo em seguida o enterro, pela captura dos dez acusados que estavam no velório. Dentre os dez, três são menores e já estão no Lar do Garoto, em Campina Grande; os sete, já estão presos também no Presídio PB-1 na cidade de João Pessoa, no bairro de Jacarapé.

O processo, na Justiça, será desenvolvido na própria cidade de Queimadas. Quem está à frente é o Promotor de Justiça Márcio Teixeira e a Juíza de Sousa Batista Rocha. As audiências de instrução e julgamento dos sete acusados deverão ser marcadas. Aqui saiu no jornal *Correio da Paraíba* da semana passada, sexta-feira, dia 20, informando. O próprio Promotor nos afirma que as audiências de instrução e julgamento dos sete acusados deverão ser marcadas na próxima semana.

Segundo o promotor, serão dois processos: seis acusados são denunciados por estupro coletivo, cárcere privado, lesão corporal, formação de quadrilha e posse ilegal de armas – os seis vão a julgamento. O Eduardo Pereira dos Santos, que é apontado como mentor intelectual do crime, já que foi premeditado, também será julgado por todos esses itens e ainda irá a Júri Popular.

Em virtude dessa barbárie, da hediondez do ocorrido, os crimes alcançaram essa repercussão nacional, possibilitando assim a que os órgãos públicos engajados nas políticas públicas para as mulheres efetivamente se pronunciassem em prol das vítimas e familiares.

O que nós fizemos?

Desde o dia 29 de fevereiro do corrente ano que a Secretaria, em comunhão com a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), em Brasília, nós elaboramos um plano de ação para atendimento às vítimas de violência e os familiares dessas vítimas; mandamos uma gerente operacional de enfrentamento à violência contra a mulher da casa-abrigo, uma advogada e uma psicóloga à cidade de Queimadas para esse atendimento.

Logo em seguida à visita de Cida lá em João Pessoa, que participou conosco da Caminhada da Paz, no dia 12 de março, vimos que as mulheres do Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) não tinham condições psicológicas, por ser uma cidade pequena, de fazer o relacionamento tanto com as vítimas quanto com as famílias dos agressores, e a cidade de Pernambuco – agradeço aqui a Cristina Buarque, a Secretária da Mulher, que nos mandou um apoio de Pernambuco para esse atendimento, que foi encerrado agora, no dia 20/2, com essa psicoterapia familiar e individual.

Devido a tudo isso, o prefeito da cidade, Ministra, além de ter assinado o pacto, criou agora não uma coordenadoria, mas uma comissão dos direitos da mulher e da igualdade no Município, para se pensar em políticas públicas.

Eram essas as minhas palavras. Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos a Iraê Lucena e passamos, de imediato, a palavra à nossa gestora do pacto estadual no Acre, Joelda Pais.

**A SRª JOELDA PAIS** – Bom dia a todos e a todas, cumprimentando aqui, a Senadora Ana Rita, as Srªs Deputadas Jô Moraes e Keiko, e as Srªs Parlamentares e Srs. Parlamentares presentes, Srª Ministra Eleonora, Srª Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres Cida Gonçalves, colegas gestoras do pacto nos Estados, a equipe da SPM e as demais senhoras e senhores presentes nesta reunião, trago um abraço fraterno a esta Comissão à Ministra, do Sr. Governador do Estado do Acre, Tião Viana, e da Srª Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres Concita Maia, que não pôde vir por questão de saúde – ela lamentou, mas infelizmente não pôde estar presente.

A questão do pacto no Acre.

O acordo federativo no nosso Estado foi assinado em 2009, à época articulado pela assessoria da mulher, do gabinete do governador. Em 2011, tivemos um grande avanço na gestão do nosso pacto com a criação da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, com a qual ganhamos uma coordenação específica para executarmos todas as articulações relacionadas ao nosso pacto estadual.

Vou passar aqui para vocês os principais avanços e as ações que nós planejamos até 2014.

A anterior, por gentileza.

Pode passar.

Como eu falei, o nosso pacto foi assinado em 2009, pela Ministra Nilcéia Freire, o Governador Binho Marques, à época, e o Prefeito Raimundo Angelim, de Rio Branco, representando a Associação dos Municípios do Acre.

O propósito maior, justamente como a Ministra falou, foi realizar um conjunto de ações integradas para prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra a mulher no nosso Estado.

Posteriormente, foi instalada a Câmara Técnica do Pacto, através do Decreto nº 4.148, de maio de 2009, composto pelas seguintes instituições: Assessoria da Mulher, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Desenvolvimento Social, Justiça e Direitos Humanos, Coordenadoria da Mulher de Rio Branco, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Defensoria Pública, Instituto de Educação Profissional Dom Moacir e Ministério Público Estadual do Acre.

Atualmente, quem está coordenando, quem está nesse processo de gestão, como eu falei, é a Secretaria de Estado. Estabelecemos o nosso objetivo geral, que é de consolidar a nossa política pública de enfrentamento à violência em todo o Estado, e, como objetivos específicos, garantir o aceso à mulher em situação de violência ao atendimento integral, com qualidade e respeito a sua autonomia. Também promover ações que trabalhem a mudança cultura, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, valores éticos, enfim, a partir das ações educativas à sociedade, para mudar o paradigma da discriminação da sociedade patriarcal,

As nossas estratégias de execução do pacto no Estado foram as seguintes: o nosso Estado é composto por 22 Municípios. Temos uma população de 732.703 pessoas, sendo que 354.929 são mulheres. Esse dado é do IBGE 2010. Então, como estratégia indicada pela própria SPM, iniciamos o processo de articulação nos Municípios polos, que são cinco, representando as cinco regionais do Estado: Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco e Brasileia.

E, para iniciar a discussão, trouxemos alguns indicadores de violência, a partir da notificação compulsória da saúde de 2010 e 2011, que registrou um total de 1.472 casos, destacando a violência sexual em maior número, tanto em 2010 quanto em 2011.

Nas delegacias da mulher de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e na Delegacia de Polícia do Município de Feijó, foram registrados, em 2010, e até o primeiro semestre de 2011, 10.552 casos, sendo que, de 2010 a 2011, foram registrados 63 homicídios de mulheres.

Em relação aos atendimentos da casa abrigo, em 2010 e 2011, nós tivemos um total de 465 acolhimentos, sendo 213 de mulheres e 246 dos filhos que as acompanham nos acolhimentos.

Nossos principais resultados de 2010 e 2011. Primeiro, houve a implantação das promotorias especializadas de violência doméstica familiar do Ministério Público, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; a implantação do Núcleo da Mulher da Defensoria Pública de Rio branco; o reaparelhamento da Casa Abrigo Mãe da Mata e Casa Abrigo do Juruá, destacando que essas duas casas abrigos têm um serviço regional, sendo que as cinco regionais ficam em Municípios estratégicos e conseguem cobrir todo o território do Acre; o reaparelhamento de quatro centros de referência de atendimento à mulher; a implantação do Núcleo da Mulher, da Defensoria Pública; o aparelhamento da DEAM de Rio Branco. Esses foram os principais resultados.

Atualmente, temos a seguinte rede atendimento: duas DEAMs, uma em Rio Branco, outra em Cruzeiro do Sul; cinco centros de referência de atendimento á mulher nos cinco Municípios polos; duas casas abrigos; uma vara da violência doméstica familiar em Rio Branco; duas promotorias especializadas nos Municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul; dois núcleos de referência em saúde para atendimento à violência sexual, também em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; e o Núcleo de atendimento da defensoria Pública em Rio Branco.

Ações do pacto planejadas de forma intersetorial 2012/2014. Algumas ações nós já estamos executando.

Primeiro, a consolidação das redes de atendimento à mulher nos cinco Municípios polos. Como se dá essa consolidação? Através da construção, publicação dos protocolos de atendimento. Lá, teremos os fluxos, estabelecidos a partir do marco legal, do atendimento à mulher vítima de violência, principalmente a Lei Maria da Penha. Então, estamos trabalhando com a rede de atendimento na construção desse fluxo. Estão à frente, por terem uma rede mais ampliada, Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Capacitação dos profissionais sobre o protocolo das redes de atendimento, priorizando as portas de entrada: Polícia Militar, DEAMs, hospitais, centros de referência, casa abrigo, UPAs, Vara da Violência, Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e os CMDMs, os conselhos municipais.

A implantação da ouvidoria da rede de atendimento de Rio Branco; capacitação dos CRAs e CREAs de 17 Municípios, para referenciá-los ao atendimento à mulher vítima de violência; reforma da Casa Abrigo Mãe da Mata; repasse de 105 benefícios assistenciais para as usuárias das casas abrigos Mãe da Mata e Juruá. A gente está chamando esse benefício de Bolsa Mulher. É uma ajuda de custo pós-abrigamento para que ela possa fazer o curso profissionalizante, pagar o aluguel social, enfim para conseguir dar continuidade ao processo do ciclo da violência.

Também a realização de cursos de capacitação profissional para as mulheres usuárias da rede de atendimento de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira; realização da campanha estadual Homens pelo Fim da Violência, quando a gente quer fortalecer a campanha do Laço Branco em todo o Estado. Atualmente, ela só existe em Rio Branco e a gente quer ampliar para os Municípios polos; implantação do Núcleo da Mulher do IML de Rio Branco; rearticulação do Comitê Trinacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, composto por representantes de Madre de Dios, no Peru, Pando, na Bolívia, e nós, do Acre.

Em 2009, com recursos do PAC, realizamos um seminário tri nacional, onde conseguimos trazer os profissionais de referência das redes desses municípios do Peru e da Bolívia e conseguimos constituir um comitê articulador. Nós precisamos fortalecer esse comitê e voltar às ações dele, de articulação.

Por último, reaparelhamento do Centro de Referência de Rio Branco, que é a Casa Rosa Mulher, conhecido nacionalmente.

Os investimentos do pacto nacional, principalmente através do apoio da SPM. Em segurança pública, tivemos investimento (2009/2012) de R$2.425.329,40; assistência social, R$862.133,00; saúde; R$112.831,04; organismos de política externa para as mulheres do Estado, R$1.734.084,16. Total: R$5.134.378,01, e o recurso é da SPM e também do Estado (governo e prefeitura).

Os nossos principais desafios: a implantação de um sistema de protocolo *on line,* para que possamos gerar a comunicação entre os profissionais da rede de atendimento e para que possamos monitorar os casos nesse fluxograma da rede, avaliar como foi o caminho dessa mulher na rede de atendimento; ampliação da rede de atendimento nos Municípios pólos. Precisamos implantar um juizado em Rio Branco, varas nos Municípios pólos, promotorias especializadas, DEAMs, núcleos de defensoria, enfim, ampliar essa rede nos Municípios polos. Precisamos de recursos humanos para os centros de referência de atendimento à mulher. Temos o apoio do SPM para o reaparelhamento, para a estruturação. Porém, nós somos fragilizados na questão de recursos humanos. É importante haver concursos públicos para equipes permanentes nesses centros de referência, para que a gente possa garantir o atendimento humanizado e de qualidade a essas mulheres.

Implantação dos serviços também de reeducação e responsabilização dos autores de violência.

É isso. Estou à disposição para quaisquer dúvidas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Joelda, inclusive pela precisão e objetividades das contribuições.

Passamos a palavra para a nossa Coordenadora, que receberá a CPMI amanhã em Minas gerais, a Srª Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres em Minas Gerais, e gestora do pacto em Minas.

**A SRª ELIANA PIOLA** – Boa tarde, nossa ilustre Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputada Jô Moraes, minha dileta amiga e conterrânea. Desejo cumprimentar, de igual forma, nossa Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, também conterrânea, a mineira Eleonora Menicucci; Deputada Keiko Ota; nossa Relatora, Senadora pelo Espírito Santo, que, de certa forma, é nosso Estado irmão, não só pela proximidade, mas pela freqüência com que nós, mineiros, cruzamos a fronteira em busca daquele litoral maravilhoso, Senadora Ana Rita... (*Risos.*) Um litoral que é objeto de uma inveja saudável.

Minhas queridas companheiras de mesa, Iraê, Joelda, companheiras amigas gestoras do pacto estadual, imprensa, senhoras e senhores, não trago apresentação aqui em *power point*, primeiro porque recebi o convite ontem à tarde, segundo porque tenho uma dificuldade enorme com essas apresentações. Nós, em Minas, estamos mais acostumados a falar – não é, cara Deputada? Então, permitam-me assim fazê-lo e dizer, em um breve relato dos moldes em que nós entramos nesse processo.

*(A Srª Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRª ELIANA PIOLA** – Aí já é perseguição comigo... *(Risos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É o sinal do prazo anterior que só tocou. O técnico começou agora. Na verdade, você ganhou tempo.

**A SRª ELIANA PIOLA** – Muito obrigada, Compreendido.

Minas Gerais firmou o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher em 26 de novembro de 2008, e pretendemos repactuá-lo, como já ficou programado, no próximo mês de novembro, quando esperamos tê-las, minha cara Ministra, minhas caras amigas Deputadas e Senadoras, também ali conosco nesse momento que considero um momento histórico.

Nós queremos dizer que, em Minas, nós tentaremos fazer o que existia e existe hoje após o pacto. A nossa Coordenadoria da Mulher foi criada em 2007 e pactuamos, portanto, no final de 2008. As ações pertinentes à implantação do pacto devem ser consideradas no período de 2010, 2011 e neste ano propriamente.

Em Minas, quando nós chegamos com a Coordenadoria da Mulher, nós nos deparamos com um cenário interessante, porque nós já tínhamos uma rede de articulação de serviços criada em Belo Horizonte – e está aqui a nossa companheira Gláucia, que fez parte dessa rede conosco lá durante um grande período –, e essa rede, de certa forma, alavancou os nossos trabalhos, porque não que não houvesse... Em todos os nossos Estados, obviamente, nós sempre tivemos ações de enfrentamento à violência contra a mulher, mas de uma forma tão fragmentada e invisível que nós não podíamos sequer considerar.

Portanto, ao chegarmos, fizemos questão absoluta de que a Coordenadoria passasse a integra essa rede como forma de fortalecimento. E o pacto, no nosso entendimento, é uma forma de articulação; é uma articulação para, até que se implemente a lei... A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) é exatamente uma articulação absoluta entre os três níveis de poder, envolvendo Governo Federal, estaduais e municipais e a sociedade civil.

Então, essa mudança, não só do ponto de vista cultural, mas no olhar em relação à violência contra a mulher, é o grande ganho dessa lei, a Lei Maria da Penha. A lei é uma norma pedagógica, é uma norma educativa, não é uma apenas punitiva, devemos considerar, e tem provocado essa mudança de ordem cultural. E, para a sua implementação e enfrentamento da violência, há também uma mudança cultural como gestores e de visão, porque não se faz uma política de enfrentamento de forma estanque. Há de haver essa articulação entre todos esses entes, todos que compõem essa rede.

O pacto é uma mudança cultural na forma de enfrentamento a esse fato; A lei é uma mudança cultural também. De lá para cá, com essa capacidade de dialogar, de articular, nós, como gestoras, até abrimos mão de certas iniciativas, de fazê-lo de forma somente pela Coordenadoria, para prestigiar essa articulação, como é o caso dos nossos grandes eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ao 25 de novembro, que fazemos pela rede e não mais pela Coordenadoria, a fim de fortalecer todos os organismos. Isso nos possibilita ter um olhar crítico, fazer considerações para que não haja sobreposição de ações, e isso tem aprimorado e agilizado.

Se nós pactuamos, nós também elaboramos o nosso Plano Integral Básico, nos moldes dos editais da SPM. No primeiro momento, consideramos 31 Municípios-polos, naquele universo de 853 Municípios de Minas Gerais, o Estado com o maior número de municípios do Brasil e um Estado que, como nós sempre dizemos, é uma síntese do Brasil, não só pela sua extensão territorial, mas pela sua diversidade, seja do ponto de vista socioeconômico como cultural. Portanto, não é fácil! O que der certo em Minas, minhas caras amigas, sem modéstia alguma, vai dar certo no Brasil. *(Risos.)*

É desafiador; na implementação, há desafios sim. Nós temos cidades extremamente ricas e cidades extremamente pobres, com diferenças de toda ordem. E isso tem nos levado a ter uma articulação ainda maior com a SPM, nesse diálogo permanente na busca de alternativas, e dentro do próprio Estado.

Com esse Plano Integral Básico apresentado, recebemos um aporte de recursos... E não somente porque criamos a Câmara Técnica, nos mesmos moldes, uma Câmara técnica extremamente atuante, com participação não só das instituições públicas, mas da sociedade civil, e trabalhamos muito, mas nos deparamos – e isso é uma crítica positiva, que nós já fizemos – com o fato de que nós não recebemos informações sobre o aporte de recursos que foram direcionados diretamente aos Municípios e para algumas entidades, o que inviabilizou, de certa forma, o nosso monitoramento como gestoras estaduais.

Mas, como dizia, recebemos R$1.587.000, 00, já em 2009, e, com esse recurso, fizemos já o reaparelhamento de delegacias da mulher, em número de 48, e também de um núcleo em uma delegacia – portanto, 49 delegacias –, seja com equipamentos de informática, móveis, veículos, motos. Parte desse recurso foi destinada também para capacitação de toda essa rede. E a capacitação a que nos referimos é de psicólogos, gestores, enfim. Esse recurso também foi destinado à campanha. Já em 2008, Minas fazia não só a campanha pelos moldes convencionais, com material impresso, mas também a Lei Maria da Penha em braile e em libras. Esse material já foi refeito em outra campanha e é disponibilizado, preferencialmente, para as bibliotecas públicas, universidades...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª ELIANA PIOLA** – Sim; essa é em braile. Vou deixar para a senhora.

Mas, como dizia, esse material é disponibilizado para universidades, bibliotecas públicas e entidades que têm pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.

Esta aqui é um exemplar da Lei Maria da Penha. Interessante que quem fez é uma entidade de portadores de deficientes visuais, que ainda não tem uma máquina – e passará a ter – para fazer a capa. Eles fizeram tudo isso para nós e vão refazer. Na época, não tinham, por isso que a capa não é em braile, já que é um maquinário diferente.

Então, essas ações foram possibilitadas, seja de reaparelhamento de centros de referência , seja de casas-abrigo, embora não tenha ido direito o recurso, mas, enfim, de melhoria dessa rede.

O que nós entendemos é que, embora a questão esteja para além de recursos, como aqui disse a Ministra – e a questão não é só de recursos, obviamente –, é inegável, Ministra, que, se estamos aqui hoje sendo chamadas à CPMI, presenciando toda essa discussão e sendo ouvidas, houve uma contribuição relevante da SPM para o nosso fortalecimento, e, diga-se de passagem, recurso é importante nesse momento, porque os gestores estão de olho nisso. Os gestores querem um retorno, obviamente, de tudo que fazem.

Quando se amplia uma rede de investimento, amplia-se o custeio também. É desse equilíbrio que os gestores estão cobrando um resultado. È importantíssimo! Foi, está sendo e será sempre importante esse fortalecimento. A SPM tem nos prestigiado muito, o que é fundamental para que a gente, nos nossos Estados, tenha prestígio para articular junto aos Municípios.

Das ações implementadas em Minas, para além de tudo o que digo que é a nossa rotina de casas-abrigo, o número de serviços aumentou, Ministra, e aumentou porque há uma provocação enorme, hoje, de um modo geral, não só das mulheres, mas dos gestores, que também estão mais sensibilizados com essa causa, mais conscientes, ou mesmo, por uma questão de modismo, se me permite assim dizer, estão embarcando nesse trem e querem implementar políticas públicas para mulheres. Ainda que seja um modismo do momento, somos nós que temos de aproveitar e do limão fazer uma limonada, inserir políticas nos Municípios, seja pela forma que for essa provocação.

Nós temos nos deparado com desafios. Nós temos hoje quase 4 mil municípios no Brasil com menos de 50 mil habitantes; são 400 em Minas Gerais com menos de 10 mil habitantes. Então, como fazer chegar todas essas políticas a todos eles? Nós não teremos em Minas Gerais 853 delegacias de mulheres. Não teremos! É utópico! Não teremos 853 centros de referência nem 853 casas-abrigo. Como propiciar a todas as mulheres que necessitam, do menor ao maior município, todos esses serviços?

Nós temos, Ministra, experiências saudáveis. Uma é um consórcio, que é uma autarquia pública criada em Minas Gerais, de quatro Municípios – Contagem, Betim, Sabará e Belo Horizonte –, para exatamente consorciar alguns serviços, entre eles as casas-abrigo. E, na última reunião de gestoras, eu sugeri, discutindo o tema com a Gláucia helena, nossa conterrânea que está na SPM, que talvez essas autarquias, esses consórcios possam, inclusive, prestar atendimento especializado naqueles municípios em que há uma certa resistência de parte dos gestores municipais em manter os centros de referência para a mulher, gestores que entendem que CREAS respondem por esses serviços, o que não é verdade. Nos grandes municípios, principalmente, nós precisamos, sobretudo, ter esse atendimento diferenciado, e, talvez, o consorciamento seja um dos caminhos.

Tivemos também uma iniciativa, que não está de todo pronta, mas que será inaugurada esse ano agora, de fato, minha cara Cida Gonçalves, que é o Centro Integrado da Mulher, onde, num único espaço físico, todos esses serviços da rede estarão disponíveis: delegacia de mulheres, atendimento psicossocial, Defensoria, Promotoria de Justiça e as Varas Especializadas, todas ali atuando para que ela tenha uma porta de entrada, mas também buscar uma alternativa como porta de saída. E eu quero dizer que essa porta de saída é o grande desafio. Não basta melhorar apenas as portas de entrada para essas mulheres.

Eu quero, mais do que registrar tudo o que nós fizemos no pacto, os desafios, se me permite assim, minha cara Deputada Jô, antecipar aquilo que entendemos de fundamental importância – e vamos apresentar amanhã na nossa audiência pública – a institucionalização desses serviços. Nenhuma das delegacias de mulheres de Minas gerais é institucionalizada, o que torna difícil. Então, nós já fizemos uma proposta de, mais do que apenas institucionalizar, criamos um comitê em Minas para tratar desse tema. E, na pauta desse comitê, entrou a institucionalização das delegacias. Mas eu acho que há de se institucionalizar todos os serviços: casas-abrigo, centros de referência da mulher. Isso dificulta; não que vá cortar de todo, mas é muito mais difícil fechar um serviço institucionalizado do que aquele que não o é.

Dotar todos os Municípios, com população acima de 50 mil habitantes, de uma programação de médio e longo prazo de DEAMs. Isso para nós também é importante. E inserir no REDS – Registro de Eventos de Defesa Social, que é um sistema de Minas Gerais, um boletim de ocorrências informatizado, criado desde 2003 para a integração das polícias civil, militar e Corpo de Bombeiros. Nós solicitamos – e acho que é prudente – que todos os boletins de ocorrência tenham a possibilidade, para além do registro da tipificação do crime, tenha também a informação sobre se há enquadramento ou não na Lei nº 11.340. Por quê? Os dados que nós tivermos aqui, qualquer que seja, são, de certa forma, subnotificados, seja porque não existe a notificação, ou pela péssima qualidade de todos eles, considerando que esses homicídios que aparecem, aparecem como um delito enquadrado no Código Penal, no art. 121. O sexo feminino é vítima, mas não configura uma violência doméstica porque não tem um campo. E para facilitar, inclusive, aqueles que lavram o boletim de ocorrência, o REDS, que coloquem apenas “Sim” ou “Não”, 11.340. É o suficiente para a gente melhorar as nossas estatísticas.

Reverter, é uma sugestão também que fica, as penas pecuniárias da Lei 9.095, dos juizados ainda especiais, quando a vítima for do sexo feminino. Cito como exemplo um acidente de trânsito em que a mulher for a vítima; se essa vítima for mulher, que essas penas sejam revertidas para um fundo. De igual forma para as fianças da Lei nº 11.340 para um fundo. Em Minas, há uma proposta tramitando, na assembléia legislativa, para a criação de fundo estadual para a política de mulheres.

Estimular a criação dos organismos de mulheres nos Municípios é um grande desafio para Minas – considerando que nós temos poucos organismos, cerca de dez apenas em todo o Estado – vinculando, mediante priorização de aporte de recursos do Tesouro – e obviamente também daqui – aos Municípios que aderirem ao pacto e à criação dos organismos. Se a nossa política não avançou suficientemente nos moldes de outras, é porque não há vinculação de receita, como é na política da criança e do adolescente por aí afora.

Inserir nas grades curriculares de todos os cursos superiores de Humanas a formação em gênero; isso é imprescindível. Estabelecer como critérios de implementação da rede de atendimento à mulher vítima de violência a situação demográfica, o IDH, a influência regional, definindo assim três níveis de basesterritoriais, os respectivos serviços a serem prestados por cada um deles, nos moldes do que já existe no SUAS e no SUS; atendimento básico, talvez de média complexidade, alta complexidade, e por aí afora. Seria uma lógica para o próprio pacto.

Implantação e expansão da cadeia de custódia, que nós estamos atuando muito em Minas Gerais, para a coleta de identificação do material biológico das vítimas de violência sexual. E implantar, no nosso ponto de vista, o monitoramento eletrônico de agressores e agredidas, para cumprir a medida protetiva, que é mais definida pelos nossos tribunais de Minas Gerais, e acredito que todos os outros no Brasil, que é aquela prevista na alínea a, Inciso III, do art. 22 da Lei Maria da Penha, que é o distanciamento; implementar nos moldes da França, Espanha e Portugal já utilizam. Somente com o monitoramento remoto será possível estar presente e controlando.

Encerrando mesmo, porque o nosso tempo já se foi. Em Minas, nós criamos também, dentro da Polícia Militar, a Patrulha de Violência Doméstica, em que não somente as viaturas são caracterizadas para esse fim, como os policiais são treinados para esse fim, e o treinamento, a escolha desses policiais é feito de uma forma atípica dentro da corporação, porque é espontânea, é aquele que quer ir. A adesão dos policiais militares tem sido enorme e isso pode ser atribuído ao êxito desse projeto que se iniciou em Belo Horizonte e vai cobrir todos os batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais, que chama a primeira e a segunda resposta, que de certa forma é um monitoramento feito pela própria Polícia Militar daquelas ocorrências, onde a PVD – nós chamamos de PVD – tem chegado, os índices têm caído, os registros têm caído sistematicamente, o que demonstra que essa é uma experiência exitosa e que poderá ser multiplicada para todo o País.

E eu encerro aqui, colocando-me à disposição dos senhores, registrando que em Minas nós propusemos a criação de um comitê interinstitucional no ano passado, que está funcionando – e não está ainda institucionalizado por uma questão de ordem administrativa -, mas que o será feito agora, em que todos nós atuamos nessa rede, somente instituições públicas, e lá, para além de defesa, desenvolvimento social, colocamos a Secretaria de Estado do Trabalho como alternativa de viabilizar a autonomia econômica como uma forma de enfrentamento à violência contra as mulheres. O primeiro desafio do comitê foi melhorar exatamente os dados de que não dispomos. Os primeiros dados da região metropolitana de Belo Horizonte já estão concluídos, a base territorial que nós partimos, até chegar a todo o Estado. Os levantamentos foram feitos em 2008 a 2011, em todo tipo de crime em que a mulher foi vítima, e ainda não com esse recorte, com esse campo. Obviamente que os boletins ainda não tinham. Vão ser inseridos alguns recortes como idade, como laços de parentescos, que nos permitem visualizar exatamente a questão da violência doméstica como crime: a lesão corporal de que os laços de parentesco se aproximam, a lesão corporal tem mais proximidade com a questão geracional e por aí afora.

Então, o comitê, eu acho também que ele se assemelha à câmara técnica, mas ele sai mais talvez fortalecido, porque é criado por um ato do governador do Estado, ele vem para sentar aqueles que têm poder de decisão e passa a tratar a questão da violência como questão de segurança pública e não um problema de mulher. Esse não é um problema nosso, é um problema do Estado brasileiro, dos governos, e precisamos enfrentá-lo sem perder o romantismo, com mais racionalidade, com mais competência e com mais técnica, sobretudo na análise de dados, que deve ser científica. Faz-se análise científica com crimes patrimoniais, por que não fazer com a violência doméstica e inserir na pauta como uma violência da maior grandeza e seriedade, porque ela extrapola as quatro paredes, e está aí o caos que estamos vivendo neste País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos às três gestoras que, com muita riqueza de informações, aqui complementaram as informações da Ministra.

Queremos aproveitar o quórum conseguido no Regimento Interno para colocar em votação as atas das 7ª e 8ª Reuniões, solicitando a dispensa de leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Queremos também colocar em votação os requerimentos que dizem respeito à convocação nos Estados, com a boa notícia de que em Santa Catarina o governador, Senadora Ana Rita, fez o comunicado de uma pré-agenda para nos receber, o que já é uma importante vitória – todos sabem o que significa.

Em apreciação os Requerimentos 422 a 450 que dizem respeito, como eu disse, à convocação de pessoas.

Os Requerimentos 424 e 425, conforme o art. 242 do Regimento Interno, pela natureza, exige a presença da autora e serão retirados de pauta.

Em votação.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Antes de passar a palavra para a Senadora Ana Rita, nossa relatora, quero dizer que é muito importante para a CPMI a presença – e eu pediria que se levantasse rapidamente – da Valdevina Neves, Superintendente de Políticas para as Mulheres do Estado de Goiás; Catarina Nunes Bacelar, Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado do Maranhão; Vera Lúcia Xavier, Diretora de Assistência à Mulher do Estado do Tocantins; Andreza Carla Lopes Castelo Branco, Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Estado do Amazonas; Ângela Fontes, Superintendente dos Direitos das Mulheres do Estado do Rio de Janeiro; Adriana Mota, Gestora do Pacto no Estado do Rio de Janeiro; Yara Regina Stockmanns, Gestora do Pacto no Estado do Rio Grande do Sul; Ana Júlia Souto Santos, Gestora do Pacto no Estado de Sergipe; Maria Teles dos Santos, Secretária da Mulher no Estado de Sergipe; Rosimeire Correia, Delegada Gestora do Pacto no Estado de São Paulo; Eliane Rodrigues, Gestora do Pacto no Estado de Pernambuco; Maria Muller, representando a Srª Selma Elias Westphal, Coordenadora Estadual da Mulher em Santa Catarina; Carmosita Nóbrega, Gestora do Pacto no Estado do Rio Grande do Norte; Vera Lúcia Barbosa, Secretária de Políticas para as mulheres no Estado do Bahia; Mônica Barroso, Coordenadora Especial da Políticas para as Mulheres no Estado do Ceará; Laudiceia Schuaba Andrade, Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Estado do Espírito Santo, da nossa relatora; Sônia Maria Dias Mendes, Diretora de Políticas para as Mulheres no Estado do Piauí; Maria Tavares Trindade, Coordenadora de Políticas para as Mulheres no Estado do Pará; Tai Loschi, Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres no Estado do Mato Grosso do Sul e as três que integram esta Mesa. Uma gratidão muito especial. *(Pausa.)*

Está faltando a Kátia Borges, ex-prefeita da cidade de Maceió, também parceira das lutas históricas do mundo feminista do Estado de Alagoas.

Ainda Mato Grosso do Sul, nossa Secretária Ana Emília, que está indo para uma audiência no exterior, Londres, na Inglaterra, para entregar um relatório especial da experiência realizada aqui.

Este reconhecimento internacional a uma das experiências do Pacto, Ministra, merece um registro e um cumprimento a todas nós. *(Palmas.)*

A nossa representante do Estado do Amapá, Maria do Socorro; também a Gestora do Estado de Rondônia, Denise.

É fundamental o registro e o reconhecimento do enorme esforço cotidiano de vocês nos desafios, em cada local, mas também se deslocando até aqui para dar essa contribuição.

Obrigada a todos vocês.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para as suas considerações.

Muitas questões inclusive serão respondidas posteriormente por todas vocês.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É muito bom ver praticamente todas as gestoras estaduais num momento como esse desta audiência pública. Isso é muito positivo!

Quero parabenizar vocês e agradecer muitíssimo pela presença.

Aproveito a oportunidade, antes de fazer umas duas ou três perguntas, para confirmar as audiências públicas dos Estados. Já que vocês estão aqui, isso é importante.

Em Minas Gerais será amanhã; em Santa Catarina está confirmado para o dia 4 de maio, uma sexta-feira; no Rio Grande do Sul, 7 de maio, segunda-feira; no Estado do Espírito Santo, 11 de maio, sexta-feira; no Estado do Amazonas, 25 de maio. Parece que alguém está reivindicando mudança de data, mas, em princípio, para nós da CPMI, está confirmado o dia 25 de maio.

Também está preagendado para o Paraná dia1º de junho; para o Estado de Goiás, dia 6 de junho; Paraíba, 14 e 15 de junho; São Paulo está alterando a data, em princípio marcada para 21 e 22 de junho, o que deve ocorrer; Mato Grosso do Sul, dia 29 de junho; Alagoas, 7 de julho; Bahia, 13 de julho.

Do Paraná para frente, são datas preagendadas que nós vamos confirmando com vocês de comum acordo com a agenda local.

Existem alguns outros Estados que iremos agendar: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pará; ainda, o Estado do Ceará, Amapá e Sergipe, que também têm requerimento já aprovado, e há também uma solicitação para que possamos ir ao Acre e ao Piauí. São esses os Estados que iremos visitar, praticamente todos eles.

Eu gostaria aqui de fazer três perguntas para as gestoras estaduais, para as três gestoras. Se for possível, que vocês possam nos responder.

Qual é a política de divulgação dos serviços dos Centros de Referência e Casas-Abrigo para ampliar o acesso do serviço às mulheres? Todos os serviços que o Estado oferece, qual a política de divulgação para que as mulheres possam acessar a esses serviços?

Também, se for possível aqui hoje: quantas mulheres são atendidas mensalmente pelos Centros de Referência e pelas Casas-Abrigo? Os três Estados que falaram aqui hoje.

Que medidas a Secretaria de Estado está tomando para ampliar a contrapartida do Estado?

Pelo que nós percebemos, um volume maior dos recursos vem do Governo Federal. Está se tomando alguma medida para ampliação dos recursos estaduais?

São essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com o prazo de que dispomos, vamos passar a palavra, primeiro, para a Ministra e, depois, para vocês, pelo prazo máximo de até três minutos.

A Srª Ministra tem a palavra.

**A SRª ELEONORA MENICUCCI** – Quero finalizar a minha participação aqui, cumprimentando a direção desta CMPI – a Presidenta Deputada Jô Moraes, a vice-presidente Deputada Keiko Ota e a Senadora Ana Rita – e toda a sua equipe de parlamentares e técnicas que estão apoiando.

Quero também parabenizar todas as gestoras presentes, quase todas, do Brasil, e dizer da magnitude da nossa luta e da nossa condição de gestoras nacionais, estaduais e municipais, assim como do avanço que já tivemos, inclusive expresso nos relatos das três gestoras. Fiquei muito contente, muito feliz que o nosso trabalho de formiga não tem sido em vão, tem sido um trabalho esplendoroso.

Quero parabenizar as três gestoras pelas exposições que fizeram. Como apoio da Secretaria, não é preciso nem falar, só reforçar e reafirmar.

Como última informação, foi criado um grupo de trabalho junto às gestoras para criar mecanismos que possam fazer avaliação e acompanhamento do número de mulheres atendidas nos Centros de Referência e nas Casas-Abrigo.

Essa pergunta que a relatora fez, nós já a antecipamos, de comum acordo com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência, com as gestoras, de criar esse grupo para construir esse mecanismo fundamental, do ponto de vista da estatística, mas mais fundamental ainda do ponto de vista de como nós podemos monitorar esses serviços dos Centros de Referência e das Casas-Abrigo.

Quero finalmente registrar o compromisso político e de gestão que é o enfrentamento à violência: prioridade zero do nosso Governo, da nossa Secretaria e do compromisso em tudo que nos couber com o andamento desta CPMI, Srª Presidenta. É uma CPMI que, seguramente, impactará a vida das mulheres brasileiras. Eu tenho certeza disso porque as audiências públicas estão mobilizando mulheres de todas as classes sociais, mulheres de vários espectros. Talvez, em âmbito nacional e, tenho certeza, de que no âmbito desta Casa, é a primeira vez que se constrói uma CPMI para fazer valer os direitos das mulheres de terem uma vida sem violência. Então, é um compromisso das Srs. Parlamentares com essa luta, que é de todas nós.

Quero registrar aqui o meu compromisso pessoal de vida e o compromisso da SPM para que a eficácia desta CPMI impacto na vida das mulheres brasileiras. E isso, tenho certeza, acontecerá.

Às queridas gestoras, quero dizer que em todas as repactuações estarei presente, na minha gestão, como já o fiz. Esse é um compromisso também de vida. Eu não represento só a mim, mas represento a Presidenta Dilma nas repactuações.

Eu disse que os recursos financeiros são fundamentais, mas, mesmo sem eles, é necessário que avancemos e criemos mais instrumentos que favoreçam o aporte de recursos públicos, estaduais ou federal, no enfrentamento contra a violência doméstica.

Muito obrigada. Foi uma manhã excepcional, e importantíssima é a minha presença aqui e aminha escuta.

Agradeço, em nome do Governo, por esta CPMI e pela disponibilidade de todas as gestoras de se deslocarem.

Muita obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós, agradecemos, Ministra.

Passo a palavra a nossa representante Iraê, da Paraíba, e mostrar que é este material que a nossa companheira Ana Emília vai apresentar em Londres, na próxima semana, que é o Brasil Pós Lei Maria da Penha. É uma representação de vocês que vai chegar a Londres.

Com a palavra a nossa Iraê, que terá até três Minutos.

**A SRª IRAÊ LUCENA** – Obrigada, Deputada Jô Moraes.

Respondendo à pergunta da relatora, Senadora Ana Rita, começando pelo levantamento estatístico de abrigamento da nossa Casa Abrigo Aryane Thaís, na cidade de João Pessoa, mas é uma casa de atendimento estadual.

No período de outubro de 2011 a abril de 2012, nós tivemos atendidas, pela equipe da casa abrigo, nove mulheres; atendimentos externos sem abrigamento, sete atendimentos. Inclusive, temos as idades das mulheres em situação de abrigamento. Entregamos esses documentos hoje à CPMI, através do seu secretário.

Foi esse o número de mulheres abrigadas no período de outubro de 2011, na inauguração, e abril de 2011. Nós detalhamos mais. Tem as idades. Temos o Centro de Referência da Mulher, localizado na cidade de João Pessoa, mas ele atende toda a grande região metropolitana de João Pessoa, composta pelos Municípios de Conde, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e João Pessoa. Desde 2007, foram 153 atendimentos; em 2008, 298; em 2009, 286; em 2010, 269; em2011, 252; e em 2012, até março, 93 atendimentos, num total de 1.135 atendimentos, de 2007 a 2012.

Quanto à questão das campanhas – é outra pergunta –, como estamos divulgando o atendimento, tanto do Centro de referência quanto da nossa Casa Abrigo Aryane Thaís, o governo do Estado fez, no dia 08 de março, uma campanha na televisão, no rádio e nos jornais, divulgando todos esses serviços. Além, de parabenizar todas as mulheres pelo dia 8 de março, essa campanha incluía os serviços de proteção à mulher no Estado, um deles a casa abrigo e o Centro de Referência, através de campanha na mídia local, que abrange todo o Estado. É importante frisar que foi em horários nobres, em horários de Jornal Nacional, de novela das 21 horas.

Durante o mês de março inteiro, fizemos visitas aos Municípios pelo Dia Internacional da Mulher, onde fizemos palestras sobre esses atendimentos dos centros de atendimento à mulher e da casa abrigo, enfocando como se dá a questão do abrigamento da mulher vítima de violência, juntamente com os seus filhos.

A última pergunta diz respeito aos recursos. Como eu disse na minha fala, temos um orçamento de R$1.5 milhão, que atende toda a Secretaria na equidade de gênero, LGBT e etnia racial, todas essas três gerências, mas o recurso maior alocado é na rubrica de enfrentamento à violência contra a mulher – também atendemos as mulheres indígenas, quilombolas, lésbicas – no valor de R$755 mil.

Acho que respondi, Deputada. A Ministra tem que sair, mas já era prevista a saída dela.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra Joelda Pais, gestora do Pacto Estadual do Acre.

**A SRª JOELDA PAIS** – Em relação à divulgação dos serviços dos centros de referência, nós realmente temos pouquíssimos próprios para a questão do enfrentamento à violência.

A Secretaria de Estado, em nível de organismo de política para as mulheres, é nova e tem um orçamento de R$600 mil anuais. Então, dependemos de recursos do Governo Federal para continuar as nossas ações. Temos o nosso plano, mas necessitamos desses recursos.

E, para divulgação, quais são as nossas estratégias? Além da produção de materiais, que a gente faz de forma alternativa, principalmente em março, novembro, vamos a locais públicos, terminais de ônibus, centro da cidade, e fazemos a distribuição de panfletos para a comunidade. Usamos as mídias alternativas como as redes sociais para divulgar os serviços, as nossas ações, fazer matérias. Temos uma assessoria de imprensa na Secretaria, que faz todo esse trabalho de mídia, utilizando a rede pública do Estado. A gente procura utilizar, da melhor forma possível, essa rede pública, que não gera recurso.

Em relação às notificações, aos registros dos números de atendimento das casas abrigos, conseguimos os registros da Casa Abrigo Mãe da Mata, que apresentei. Lá, são atendidas aproximadamente 430 pessoas, sendo cerca de 40% mulheres e o restante filhos e filhas das mulheres.

A nossa notificação ainda está muito fragilizada. Precisamos ampliar as visitas, precisamos apoiar os centros de referência na organização dos seus próprios dados, para que eles encaminhem esse conjunto de dados e possamos registrar. Estamos fazendo esse trabalho para que consigamos organizar o nosso banco de dados, a fim de ter os boletins anuais para apresentar.

Em relação aos recursos, é aquilo que eu estava falando. Nós dependemos do Governo Federal. Nossa estratégia é na contrapartida dos convênios. Nós aportamos os recursos próprios. Já asseguramos, além dos recursos próprios que temos, do duodécimo, através dos convênios.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra Eliana Piola, de Minas Gerais.

**A SRª ELIANA PIOLA** – Em relação aos serviços de atendimento nos cetros de atendimento à mulher, nós podemos falar apenas de um, que gerenciamos até o ano passado. A Coordenadoria da Mulher em Minas Gerais não é executora, é articulação. Portanto, não temos a questão de orçamento. Ele é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. E, obviamente, para as ações específicas, quando assim o fizer necessário, nós podemos provocar. E, se isso for esse o entendimento da Secretaria de Planejamento, o aporte de recurso vem.

No ano de 2008, esse é um centro de referência da mulher estadual, o único em Belo Horizonte – os demais são dos Municípios – chamado Centro Risoleta Neves de Atendimento. Prestamos, em 2008, 1.179 atendimentos – mulheres atendidas, melhor dizendo, que diferencia de atendimento. Em 2009, foram 1.883 mulheres atendidas; em 2010, 2.924 mulheres atendidas; em 2011, no primeiro semestre, que ainda gerenciávamos 1.194 mulheres atendidas nesses serviços.

Por incrível que pareça, com exceção da casa abrigo de Belo Horizonte, que fica lotada constantemente, as demais casas têm ficado, até de certa forma, ociosas. Iniciamos o pacto com cinco casas abrigos, hoje temos seis e uma casa de passagem. Mas nós temos tido uma demanda enorme para abrigamento emergencial de 24 horas, 48 horas, 72 horas. Desenhamos uma política estadual, mas ela não está efetivada. Esse é um grande desafio. Há uma provocação dos juízes, delegados, delegadas para que a gente tenha esse abrigamento emergencial. Há uma resistência até das próprias mulheres em permanecer nesse espaço.

Fizemos campanha em 2008, em 2010 e estamos programados para fazer uma este ano. Não fizemos no primeiro semestre em função do calendário eleitoral. Na primeira campanha, o material usado foi impresso e através de rádios. Na segunda campanha, material impresso, em Libras e em Braille também, periódicos de alcance em todo o Estado, e, mais uma vez, através de rádios. Nós podemos dizer que o que deu mais resposta foi o rádio, que tem um alcance melhor e resposta imediata.

Mas temos que dosar a campanha porque, a cada campanha, imediatamente, a gente recebe mais denúncias. O Estado tem um serviço de atendimento gratuito, um 0800. Se a gente faz uma campanha sem que esta rede esteja organizada, corremos o risco de uma frustração e de um comprometimento maior. Então, sempre há um monitoramento nesse sentido. Toda vez que se faz campanha, o Disque 0800 aumenta e, provavelmente, no período, nós podemos observar que também no 180 aumentam as denúncias de Minas gerais.

Para além da lei – obviamente, a Lei da Maria da Penha – tem um material elaborado pela própria rede de enfrentamento, informando os procedimentos, aquilo que a mulher deve fazer, orientando, e também os serviços. Esse material foi todo produzido e foi divulgado através dos próprios serviços e das diretorias regionais que nós temos na estrutura administrativa da nossa Secretaria de Estado, que têm essa capilaridade de chegar a todos os municípios.

Por último, na questão orçamentária, como eu disse, nós não temos orçamento, mas eu vou dar apenas o dado da Coordenadoria da Mulher, desse período. Nós assinamos o PAC, em 2008. Seria, então, o aporte de recursos de ações implementadas em 2009, 2010, 2011 e a previsão para este ano. A somatória da primeira etapa e dessa agora dá algo em torno de R$4 milhões, da SPM, e algo em torno de R$3,3 milhões, do Tesouro do Estado. Então, R$7,3 milhões entre investimento de campanha, construção, enfim, aumento da rede.

Seria essa a proporção da própria Coordenadoria. Os demais serviços não estão incluídos, o próprio conselho, defesa social e por aí afora.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Queria só dizer que, numa Casa com 513 Deputados e 81 Senadores, este apito é para nós.

Eu queria registrar, também, como acabou de dizer a Senadora, que ela ficou impactada, não apenas pelas informações da Ministra, mas pelo balanço de vocês e pela presença de vocês. Por isso, agradecemos, estamos à disposição e pedimos que acompanhem as audiências públicas nos Estados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião, convocando para a próxima terça-feira, em horário a ser definido.

Boa tarde a todos. *(Palmas)*

*(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos)*

Deputada Jô Moraes

Presidente